

18 de Setembro 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 77 / kz 400

Director-Geral
Evaristo Mulaza

O legado presidencial de JES

21 de Setembro de 1979
26 de Setembro de 2017

Mário Mujetes © AE



VIOLAÇÃO DE SANÇÕES CONTRA A COREIA DO NORTE

Angola contesta acusações da ONU

BLOQUEIO. O Governo declarou que tem cumprido todas as recomendações relativas às sanções contra a Coreia do Norte, ao mesmo tempo que tem mantido a comunidade internacional informada sobre o assunto. A reacção das autoridades veio, em exclusivo ao VALOR, pelo Ministério das Relações Exteriores. Pág. 12



FMI à espreita

O Fundo Monetário Internacional deve regressar a Angola com algum dos seus programas de assistência técnica e financeira, depois de renovado o ciclo político com as eleições de 23 de Agosto. A antecipação é dos analistas da Bloomberg Intelligence. Pág. 13



GOVERNO DE JOÃO LOUREÇO

Manuel Nunes Jr. volta a chefiar Economia

O bureau político do MPLA reuniu-se na última sexta-feira e o elenco da administração de João Lourenço foi um dos temas do encontro. Para já, o VALOR sabe que o economista Manuel Nunes Júnior deve coordenar a Economia, ao passo que Geraldo Sachipengo Nunda deve mandar na Defesa. Pág. 32

Moedas AKZ 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 199,42 Kz (+0,72) ▲ LIBRA 220,64 KZ (+4,1) ▲ YUAN 25,48 kz (+0,04) ▲ RAND 12,76 KZ (-0,12) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Editorial

O “PATRIOTA”

Dentro de uma semana e dois dias, José Eduardo dos Santos deixa definitivamente a Cidade Alta, cedendo a casa ao homem que escolheu para lhe suceder, o general João Lourenço. Para trás, ficam 38 anos à frente dos destinos do país, ainda que na maior parte desse tempo tivesse partilhado o poder real sobre o território com Jonas Savimbi que, com a sua rebelião, manteve erguido por cerca de duas décadas um verdadeiro estado paralelo. No pós 26 de Setembro de 2017, a história recente do país ficará então formal e definitivamente dividida entre o antes e o depois de José Eduardo dos Santos. E ainda que Dos Santos se mantenha por algum tempo a influenciar a agenda política nacional, sobretudo, pelo cargo que conserva a prazo no seu partido, os laboratórios de História dos séculos XX e XI entrarão finalmente em abolição para es-

tudar e catalogar a vida da figura mais relevante da Angola independente.

É precisamente por isso que não se resume a vida e obra de JES numa edição de jornal, muito menos num conjunto de folhas em livro. Própria de lideranças longevas, a interpretação do legado de José Eduardo vai continuar certamente controversa, a multiplicar e a dividir paixões. E, como é natural, no fim de contas, a balança penderá conforme forem mais ou menos intensos o rigor e a objectividade com que a sua obra for julgada.

Da nossa parte, e como já o deixámos claro vezes sem conta, não existem equívocos. José Eduardo dos Santos cometeu erros enquanto líder, mas o conjunto da sua obra é incontestavelmente positivo. Mas afirmar isso, na verdade, é insuficiente. Parte dos erros de governação de José Eduardo só pode ser avaliada no contexto de um país que, aceite-se ou não, carrega uma história sem igual no conjunto dos pares africanos que lhe ser-

vem de paralelo. Sem essa contextualização e sem essa perspectiva comparativa racional, não é possível compreender o legado de José Eduardo e, por extensão, a história das últimas quatro décadas do próprio país. Até 2002, as decisões de José Eduardo estavam condicionadas ao factor guerra. É um período em que o Presidente da República cessante é praticamente ímpoluto. Nos seis anos subsequentes ao fim da guerra, as opções que tomou em termos de reconstrução são amplamente compreensíveis e só podem ser questionadas se apresentadas alternativas recusadas verdadeiramente viáveis. Até hoje, ninguém foi capaz de as mostrar. O período compreensivelmente mais questionável é o que se segue às eleições de 2008 e que se estende até ao ano da sua retirada. Foi, de resto, neste período, em que se adensaram as insuficiências graves de governação, pontuadas, sobretudo, com altos índices de corrupção e má gestão do erário. Mas José Eduardo nunca deu costas a essas críticas. Assumiu-se ele próprio, várias vezes, como o maior crítico interno do seu partido, em relação ao conjunto das falhas na governação. E, à sua saída voluntária, delegou o poder a um general influente no MPLA que assumiu precisamente o combate aos cancro da governação como prioridade absoluta.

Contas feitas, se a história lhe fizer justiça, José Eduardo dos Santos terá de ser efectivamente lembrado, sobretudo, como o patriota pacificador.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, César Silveira, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,
Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,
222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Kayaya Júnior

Empresário

Qual é a maior lição de liderança que teve ao longo dos seus anos de carreira?

Uma das grandes lições que aprendi sobre liderança é exactamente a capacidade de nos apresentarmos sem complexos. O grande problema das lideranças actuais é que são seres humanos enquanto não são considerados líderes e depois são líderes e deixam de ser seres humanos. Deixam de ter valor.

O que o motiva quando tem de liderar?

Se conseguir mudar uma pessoa, a vida de uma pessoa, isso já me motiva. Dei um contributo à sociedade e à nação. Estamos numa fase em que temos de começar a construir a nação. Temos um país, mas não temos uma nação construída.

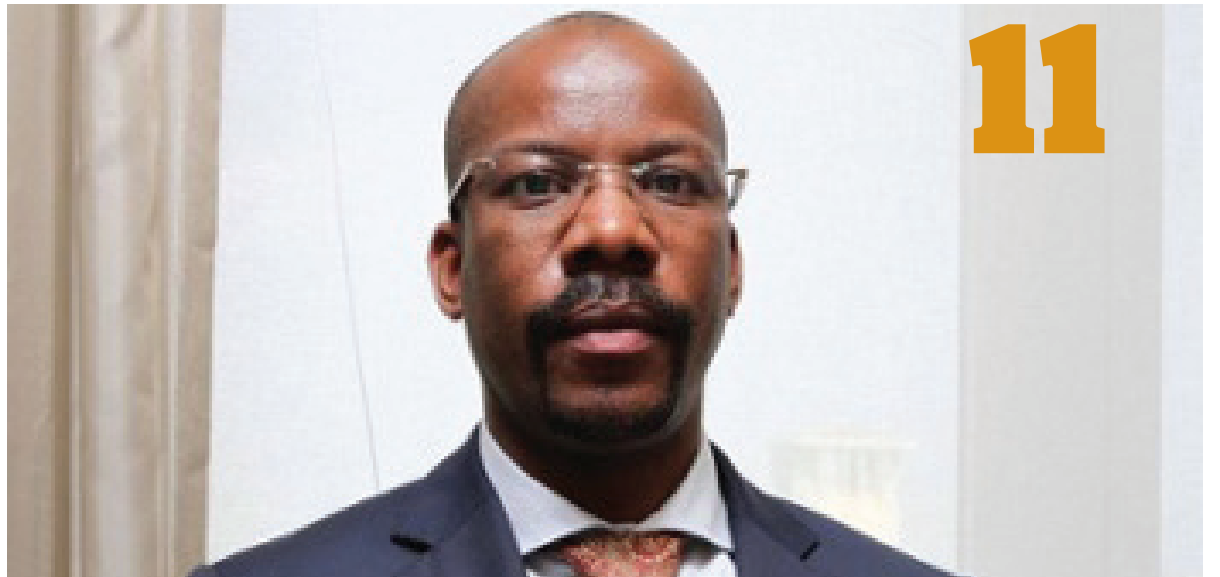
Temos bons líderes em Angola?

Sim, temos bons líderes! Temos líderes na sociedade, no bairro, na zunga. Temos inclusive muitos líderes anónimos. Há 24 anos, lançámos um projecto que muitos, na altura, nos chamaram de loucos. Ora, a sociedade não se move se não houver loucos. E hoje esse projecto faz parte de uma das maiores indústrias do mundo, que é a moda.

12 TERÇA-FEIRA
A consultora BMI Research considera que os bancos angolanos vão recuperar da crise em 2018, mas o clima de baixo crescimento económico e constrangimentos de liquidez vai manter-se, expondo a vulnerabilidade da banca ao setor petrolífero. A declaração foi feita numa nota sobre o sector bancário em Angola.

13 QUARTA-FEIRA
O Tribunal Constitucional validou as eleições gerais de 23 de Agosto, que informam terem decorrido de forma organizada, participativa e foram “livres, transparentes, universais e justas”. Numa declaração, o presidente do TC, Rui Ferreira, considerou válidos o acto eleitoral e os resultados constantes da acta de apuramento.

14 QUINTA-FEIRA
Mais de 18 mil famílias de produtores vão beneficiar de fertilizantes, sementes e outros meios de produção para a presente campanha agrícola 2017/2018, em Camacupa, Bié, informou o responsável do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Quintas Orlando.



SEGUNDA-FEIRA

Especialistas dos Estados Unidos e da Índia estarão, este mês, em Angola para partilhar com empresas nacionais experiências de exportação e comércio internacional. A informação foi avançada pelo Presidente do Conselho de Administração da Agência para a Promoção de Investimento e Exportação de Angola (APIEX), Belarmino Van-Dúnem.

15 SEXTA-FEIRA
O Bureau Político do MPLA analisou a composição do novo elenco governativo de Angola, que será chefiado por João Lourenço, o Presidente da República eleito no pleito de 23 de Agosto, tendo ficado patente de que o próximo corpo governativo poderá ser reduzido.



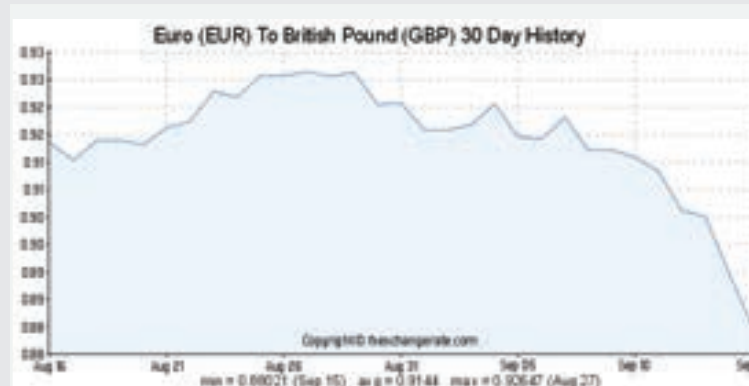
16 SÁBADO
As acções de combate contra as infracções aduaneiras para travar a fuga ao fisco de mercadorias foram redobradas, no Cunene, pelo efectivo da Polícia Fiscal, informou o porta-voz do comando da Polícia Nacional na região, intendente Nicolau Tuvecalela.



17 DOMINGO
A Angola LNG fornecerá gás a uma empresa europeia, com sede na Alemanha, nos termos de um acordo de vendas assinado entre as duas partes, informou o consórcio industrial, em comunicado distribuído à imprensa.



COTAÇÕES



LIBRA À FRENTE DO EURO EM 0,26%

A moeda britânica está a prolongar a tendência de ganhos das últimas sessões, animada pelas perspectivas crescentes de uma subida dos juros por parte do Banco de Inglaterra nos próximos meses. Assim, até à tarde da última sexta-feira, a libra valorizava 1,39% para 1,3585 dólares – o valor mais elevado desde 24 de Junho de 2016, o rescaldo do referendo sobre o Brexit – depois de já, na quinta-feira da mesma semana, ter subido 1,42%.



PYONGYANG PRESSIONA MERCADOS EUROPEUS

A Coreia do Norte voltou a disparar um míssil que sobrevoou o Japão, no que constitui o segundo no espaço de um mês. Este contexto está a pressionar a negociação bolsista na Europa, com o arranque e fecho de sessão da última semana a ser negativo entre as praças europeias. O Stoxx600, por exemplo, desce 0,23% para 380,90 pontos, num arranque de sessão marcado pelo vermelho na generalidade dos índices bolsistas europeus. O quadro foi mesmo no PSI, de Lisboa.

Observatório

Que legado?

21 de Setembro de 1979
26 de Setembro de 2017

JES deixa o poder
38 anos depois

LEGADO. No próximo dia 26 de Setembro, João Manuel Gonçalves Lourenço estará no centro das atenções quando o presidente do Tribunal Constitucional, Rui Ferreira, lhe atribuir os adornos dourados que simbolizam o poder do Estado angolano. Mas os olhares estarão também em José Eduardo dos Santos, a figura que marcou Angola nos últimos 38 anos. Na hora da retirada, a pergunta que se impõe: o que deixa ele para Angola?

1988

ANO da assinatura dos Acordos de Nova Iorque.

Por Gilberto Neto

Certamente quando José Eduardo dos Santos, na altura ministro das Relações Exteriores, tomou posse como o segundo chefe de Estado da jovem República Popular de Angola, poucos, ou mesmo ninguém, imaginaria que o jovem político começaria um reinado de quase quatro décadas, preenche em eventos políticos e militares de toda a sorte.

Lúcio Lara, então presidente da Assembleia do Povo, acabara de empossar um líder que moldaria um novo regime angolano à sua imagem e semelhança, e marcaria a vida de toda a nação.

Nesse dia, a 21 de Setembro de 1979, o país revolucionário ainda chorava a perda de Agostinho Neto, que, semanas antes, partira para a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em tratamento médico. A indefinição, por Neto, de alguém que o sucedesse em caso de alguma adversidade, apresentou às estruturas do MPLA um dilema de proporções nada fáceis de gerir.

Vários relatos apontam o nacionalista Agostinho Mendes de Carvalho, próximo de Neto, como tendo sido uma voz preponderante entre os seus correligionários do Bureau Político do partido para a indicação de José Eduardo.

De qualquer forma, o jovem de 37 anos estava investido das mais altas funções de Estado e pronto para fazer história, num contexto de instabilidade militar.

UM LÍDER EM GUERRA

Angola emergira como um país independente em condições, de certo modo, diferentes das demais ex-colónias portuguesas em África. A realidade imposta por um processo mal gerido levou a que o país entrasse em guerra logo a seguir a 11 de Novembro de 1975. O conflito armado foi, precisamente, o maior desafio com que o novo estadista se deparou nos seus primeiros anos de governação.

Tratava-se de uma guerra de baixas proporções, sendo que a UNITA, a organização guerrilheira que se recusava a reconhecer a legitimidade do



MPLA, já dispunha da Jamba como seu quartel-general, mas sem capacidade militar e bélica que pudesse, realmente, incomodar as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Mas a situação exigia grande habilidade e discernimento políticos de José Eduardo dos Santos.

Com o apoio político dos Estados Unidos e militar e logístico da África do Sul e do Zaire, sobretudo, a UNITA fez o conflito subir de intensidade, alastrando-se por todo o território. Apenas a capital Luanda permanecia praticamente impenetrável pelas tropas daquele que se notabilizara como um bravo nacionalista na luta contra os portugueses. Era grande o aperto militar, político e diplomático com que o novo estadista tinha de lidar.

A INDEPENDÊNCIA DA NAMÍBIA

O conflito agudiza-se em meados da década de 1980. A liderança de JES é fundamental na condução das tropas a partir de Luanda e nos preparativos ultra-secretos do que viria a tornar-se no acontecimento militar

mais épico a nível de África.

A Batalha do Cuito-Cuanavale, como ficou conhecida, testou ao limite as capacidades das tropas governamentais e dos seus aliados cubanos no confronto directo com a UNITA, estas apoiadas pelo exército sul-africano do então regime do apartheid.

Entre 15 de Novembro de 1987 e 23 de Março do ano seguinte, esta região da província angolana do Kuando-Kubango evidenciou uma das facetas mais implacáveis do chefe de Estado e Comandante em Chefe das FAPLA no combate contra um inimigo que ameaçava a segurança nacional e, por conseguinte, o seu poder.

As confrontações foram anteriores a tentativas das tropas governamentais e dos seus aliados soviéticos e cubanos. Em Agosto de 1987, a designada “Operação Saludando Octubre” tentou invadir as zonas da Jamba e Mavinga, entretanto sem grande sucesso.

Cinco meses de conflito bastaram para que a coligação governamental levasse de vencida as tropas rebeldes e o exército invasor do apartheid. Foi precisamente num quadro de vantagem militar no terreno que abriu caminho a que, em Dezembro de 1988, fossem assinados os Acordos de Nova Iorque entre Angola, Cuba e a África do Sul.

Também conhecidos como Acordo Tripartido, a iniciativa viabilizou o fim da presença das tropas estrangeiras (cubanas e sul-africanas) em território angolano, e abriu caminho à independência da Namíbia, em 1991.

Aliás, é na independência da Namíbia, a que se seguiu o fim do apartheid, na África do Sul, que residirá o aspecto mais notório do legado de JES na África austral.

O duplo acontecimento reforçou a liderança do estadista angolano e projectou a imagem além-fronteiras de um líder de aparência tímida e reservada, mas de um carácter calculista e determinado. Era ele o rosto de uma vitória expressiva, a qual abriu caminho para eventos não menos marcantes que também acentuavam as ambições de Angola no ‘concerto das nações’.

UNITA & SAVIMBI

Mas tratou-se de uma vitória parcial para o propósito maior, que era a pacificação de Angola. Retiradas as tropas estrangeiras dos dois lados, restava resolver o conflito a nível doméstico.

A UNITA perdeu o apoio militar sul-africano e político-diplomá-

tico norte-americano, mas viria a empreender a guerra por mais 14 anos. Pelo meio, uma sucessão de eventos. Vários acordos de paz, encontros bilaterais, trilaterais, com ou sem mediação interna e externa, mas tudo com denominador comum que era a continuação de um conflito que matava gente, destruía e levava a que Angola adiasse os desafios da reconstrução e do desenvolvimento.

Merecem destaque os Acordos de Paz de Bissesse, iniciativa do antigo país colonizador que colocou, pela primeira vez, José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi frente a frente. Até começou bem. Em Maio de 1991, o clima ainda era de muita tensão, mas a transferência do líder guerrilheiro das matas para Luanda incutiu entre a opinião pública a noção de que a paz era permanente.

Foi à luz dos acordos assinados na cidade portuguesa que se realizaram as primeiras eleições gerais multipartidárias na história do país. A mesma história que irá, para sempre, registar como negativas a sucessão de eventos que se seguiram à ida nas urnas.

A Lei Constitucional (e não Constituição) de então impunha uma maioria simples necessária para se vencer a corrida presidencial, sendo que José Eduardo dos Santos, o presidente cessante que se candidatava à própria sucessão, foi incapaz de alcançar essa fasquia na primeira volta. Com 35% dos sufrágios, Jonas Savimbi recusou a segunda volta e proclamou as eleições como injustas e fraudulentas.

O que se seguiu já todos sabemos. A nova ‘temporada’ do conflito civil angolano eclodiu com maior intensidade. Conheceu altos e baixos, interregnos e recomeços, temperada com acusações de parte a parte que vinçavam a falta de entendimento entre ambas.

Em Luanda, o líder José Eduardo tinha de fazer face à esta nova realidade e, ao mesmo tempo, ocupar-se de outras questões de Estado.

Pelo meio, houve negociações e o que pareciam ser acordos de paz, seguidas de perto por missões de observação das Nações Unidas e uma denominada Troika de Observadores (EUA, Rússia e Portugal).

O Protocolo de Lusaka, assinado a 20 de Novembro de 1994, merece destaque, pois não se tem conhecimento de negociações de paz que tivessem levado tanto tempo. Por outro lado, viabilizou uma importante decisão

80

Percentagem do OGE canalizado para os ‘esforços da guerra’ O país estava, então, no auge de uma guerra para qual se destinava, oficialmente, cerca de 80 por cento do orçamento anual.

49

Percentagem de votos atribuída a José Eduardo dos Santos nas eleições de 1992.

Observatório

CONTINUAÇÃO DA PÁG.5

política que teria impacto durante anos na vida política nacional: a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN).

A plataforma política teria sido uma saída que José Eduardo dos Santos encontrou para acomodar entidades da UNITA no Governo e esvaziar, assim, os seus argumentos de guerra. Atribuiu, também, lugares às demais forças políticas que tinham conseguido entrar na Assembleia Nacional nas eleições de 29 e 30 de Setembro.

Projectou-se o GURN como mais uma prova do carácter conciliador do chefe de Estado, uma decisão que respondia aos “superiores interesses dos angolanos”.

Três anos depois, fruto de uma notória diplomacia do Governo de José Eduardo, a UNITA aceita enviar os seus deputados a Luanda para tomarem posse no parlamento.

Entretanto, nas matas, a guerra prosseguia. Os rebeldes haviam abandonado a sua matriz essencialmente guerrilheira e passado para a guerra

convencional. Era algo inédito. O uso de material pesado e confronto directo com as Forças Armadas Angolanas (FAA) conferiram ao ‘galo negro’ um carácter mais letal e destrutivo desde que decidira que o MPLA era um poder ilegítimo do pós-independência.

ASTÚCIA DE LÍDER

Foi por esta altura que José Eduardo dos Santos fez o pronunciamento mais mediático e de maior impacto dos últimos anos. Talvez mesmo da sua presidência. Em Agosto de 2001, numa reunião do comité central do MPLA, JES anuncia que não se recandidataria às próximas eleições presidenciais (que não tinham data). “O próximo candidato do MPLA não se chamará José Eduardo dos Santos”, referiu.

Pela primeira vez, começou-se, então, a falar do legado de JES, mas foi notória, sobretudo, a preocupação em saber-se quem estaria à altura de o substituir.

MEMORIZE

● **José Eduardo dos Santos** liderou vários processos políticos e militares entre a década de 80 e o ano de 2002, que culminaram com a derrocada militar da UNITA. Com isso, venceu o seu carácter de político implacável e um sobrevivente notório.

Os anos de liderança, de que resultara uma robusta experiência política e gestão de conflitos, aliado a um ambiente em que se começava a despontar vozes discordantes no seio do partido no poder, foram aspectos relevantes na análise sobre o que o teria levado a dizer o que disse quando não tinha intenções de fazer o que disse que faria... Ou seja, analistas viram no discurso uma inteligente fuga para a frente, com o propósito de afastar eventuais pretendentes ao

cargo e reforçar o seu poder a nível do partido e do país.

Outros observadores foram mais longe e viram no pronunciamento o corolário de acontecimentos em série que incluíam, inclusive, a situação militar. Por essa altura, Jonas Savimbi começava a ter sérias dificuldades em manobrar. As sanções económicas impostas pelas Nações Unidas e a campanha diplomática internacional empreendida por Luanda resultaram num isolamento sem precedentes para o líder maoista.

A UNITA perdera os seus principais bastiões (Bailundo e Andulo) e já não dispunha de capacidade para alimentar a sua aventura de guerra de maior risco nos últimos anos, que era a opção pela guerra convencional. Sem apoio político-diplomático e com a logística limitada, retornou para a guerrilha.

Foi mais ou menos nessa altura que Dos Santos traçou os famosos ‘três cenários’ possíveis para Jonas Savimbi e sua cruzada: rendição, cap-

tura ou morte em combate. Falando no final de um encontro com os embaixadores dos países representados na Tróika de Observadores, o chefe de Estado advertiu que não haveria outra saída para Savimbi.

E assim foi. Na noite de 22 de Fevereiro, as autoridades anunciaram a morte em combate de Jonas Malheiro Savimbi. Era o fim definitivo da guerra em Angola. Vinte e sete anos de conflito civil, 23 dos quais com JES na chefia do Estado e das Forças Armadas.

Com o término da guerra, o país voltou as atenções para as tarefas de reconstrução e desenvolvimento. José Eduardo dos Santos emergiu como o principal artífice, aquele cujo legado sobreviveria por várias gerações e inspiraria futuros líderes.

Um legado que estará patente, em particular, na forma como se conduziu o processo de reconciliação nacional, traduzida na harmonização de sentimentos e tolerância entre apoiantes de um e de outro lado.



2001

José Eduardo dos Santos anuncia desejo de não concorrer à própria sucessão.

21

De Setembro – JES toma posse como segundo Chefe de Estado da República Popular Angola

1991

Ano da assinatura dos Acordos de Bicesse e da independência da Namíbia.

37

Anos de Idade com que José Eduardo dos Santos tomou posse como PR.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.

FALAR
CLARO

Observatório

DO SEF À RECONSTRUÇÃO

As reformas económicas ‘impostas’ por JES

LEGADO. Do lançamento dos programas que abriram o país à economia de mercado à reconstrução nacional, José Eduardo dos Santos experimentou as crises económicas mais marcantes do fim do último século e do início deste.

Por António Nogueira

A pós assumir a presidência da República, a 21 de Setembro de 1979, José Eduardo dos Santos (JES) encontra pela frente o enorme desafio de levar

avante um país, assente num projecto de economia centralizada e planificada, e que tem de se ajustar aos inúmeros acontecimentos nos planos económico e político que vão ocorrendo a nível interno e internacional.

Para além de uma persistente crise económica e social reinante no país, que acelera o esgotamento do sistema económico e político prevalente desde a independência, JES é ainda confrontado com outros fenómenos não menos complexos como

a derrocada do sistema socialista, a nível internacional, ou ainda os acordos tendentes à independência, em 1990, da Namíbia, no plano regional, para além do agravamento da situação militar e o reconhecimento do seu impasse, no contexto interno.

A conjugação destes factores, como defendem inúmeros estudiosos, irá desencadear uma sucessão de avanços, hesitações e recuos em matéria de reformulação do sistema económico, traduzidos na elaboração



Mário Mujetes © AE

O arranque da reconstrução nacional

Após a conquista da paz, em 2002, José Eduardo dos Santos e o seu elenco desdobraram-se em contactos à procura dos parceiros ideais, a nível internacional, para arrancar com o processo de reconstrução das infra-estruturas públicas destruídas durante o conflito armado em quase

toda a extensão do território nacional.

A tarefa afigurava-se difícil, sendo que os tradicionais parceiros de então, como é o caso da União Soviética, revelaram-se ‘incapazes’ de arcar com o ‘fardo’. Entretanto, ultrapassados que estavam os impasses que impediam uma cooperação

mais forte entre Angola e a China, devido à cisão sino-soviética ocorrida no final dos anos 1950, JES consegue então, em 1983, normalizar as relações entre os dois Estados, tendo a China reconhecido, nessa altura, o governo do MPLA.

Esses laços permaneceram ténues

230

MILHÕES DE DÓLARES é o valor do primeiro pacote financeiro negociado por Angola na Conferência Internacional de Doadores, em Bruxelas, em 1995.

de diversos programas económicos apresentados como reformadores.

É nessa altura que surge então, em 1987, o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) que, de entre várias acções, objectivava a adopção do modelo de economia de mercado e de maior abertura à iniciativa privada. No período, são ainda adoptados, embora com um período curto de vigência, o Programa de Recuperação Económica (PRE) de 1989 e o Programa de Acção do Governo (PAG) de 1990.

A taxa média anual do PIB, neste período, é negativa e estimada em -3% e a crise económica de 1993 e 1994 fez o PIB regredir a 21% e 20%, respectivamente. Foi também a fase da hiperinflação em Angola, com registos de 1.837% em 1.993, 971,9% em 1994 e 3784% em 1995, segundo dados do Centro de Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola.

Mas antes das propaladas reformas, JES teria sido o protagonista de um processo que permitira a transição do país para a economia de mercado, após a adesão de Angola ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM), em 1984.

Em 1995, o 'staff' governamental de JES consegue outro marco importante na história da economia nacional, ao chegar a acordo com os protagonistas da Conferência Internacional de Doadores, decorrido em Bruxelas, Bélgica. No encontro, Angola solicita uma ajuda de emergência de 230 milhões de dólares para viabilizar distintos programas.

Aliás, terá sido já no quadro dessas alianças, sobretudo com as instituições de Bretton Woods, que JES decidiu levar avante as reformas económicas então em curso, com destaque para o SEF, tendo como principal propósito o abandono da economia de Estado, ao mesmo tempo que procura adoptar uma política de austeridade financeira, face à baixa do preço do petróleo, e consequente captação de recursos externos.

Entretanto, apesar dos diversos

programas de estabilização, a inflação continuou e os desequilíbrios tornaram-se mais acentuados. A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) caiu de 8% ao ano em 1994, para 5% em 1998, ao passo que a emissão monetária cresceu de 8% em 1994 para 50,18% em 1996, segundo os dados do CEIC.

A NOVA GESTÃO MACROECONÓMICA

Embora as reformas impostas, na altura, não tivessem tido o respaldo desejado, o consulado de JES evidenciou sinais de alguma 'resistência' aos desafios do momento. No período entre Janeiro de 2001 e Dezembro do mesmo ano, o país regista um novo modelo de gestão macroeconómica, perspectivando-se uma maior relação entre a política monetária e a política orçamental. Regista-se também no período a mudança de toda a equipa económica de então.

O conflito armado que assolava o país sinalizava estar perto do fim, urgindo, por conseguinte, preparar a economia para a fase de reconstrução. De acordo com o CEIC, no período, a taxa média anual de variação do PIB de negativa passou a positiva (3%). O

processo de 'desinflação' da economia foi posto em prática, favorecido pelo aumento das reservas em divisas e pela nova convergência entre as políticas macroeconómicas, do que resultaram taxas de inflação de 268% em 2000 e de 115% em 2001.

Os resultados, porém, das medidas adoptadas no início da década de 2000 correspondiam, a cada ano, às expectativas. No período entre Janeiro de 2002 e Dezembro de 2008, destaca-se, por exemplo, a fantástica dinâmica de crescimento do PIB, embora em menor escala da que o Governo ia anunciando.

O país beneficiou de montantes significativos de receitas da exportação do petróleo e de receitas fiscais com a mesma origem, sendo 190 mil milhões de dólares para as primeiras e cerca de 107,3 mil milhões para as segundas, de acordo com as informações do CEIC.

Os analistas do CEIC assinalam, por outro lado, que, neste período, os investimentos públicos em infra-estruturas ascenderam a 27,4 mil milhões de dólares, suportados pelas elevadas taxas de crescimento do PIB. Em 2005, por exemplo, o PIB cresceu 15% e, em 2007, 14% foram os anos

de maior crescimento do PIB, em 40 anos de independência.

O processo de 'desinflação' continuou firme, segundo o CEIC, graças também à utilização da âncora cambial para controlar a dinâmica de subida dos preços permitida pelas fantásticas reservas em moeda externa, estando, na altura, o preço do petróleo cotado a 54,4 dólares no mercado internacional.

DESAFIOS REDOBRADOS

Entretanto, em 2009, JES e o 'elenco' governativo que o auxilia é confrontado com uma nova crise financeira e económica, decorrente de um novo colapso do preço do petróleo nos mercados internacionais, um fenómeno que, de resto, deixou marcas indeléveis que ainda hoje influenciam o comportamento do PIB.

Dada a conjuntura reinante na altura, alguns observadores chegaram mesmo a vaticinar ser pouco provável que o país voltasse a ter registos de crescimento tão impressionantes como os ocorridos durante a 'mini-idade' de ouro. O argumento é reforçado, no entanto, pela ocorrência de outros factos não menos nefastos para a economia, com destaque para a diminuição

das receitas do petróleo, quer as destinadas à economia, quer as de propriedade do Estado.

O quadro sombrio é ainda 'manchado' pelo "decréscimo do investimento público em 7,5%, forte atenuação do crescimento económico (taxa média anual de 2,8%), subida da taxa de inflação e instalação de um clima de certo descrédito quanto às capacidades e dinâmicas de crescimento sustentável da economia", como defendem os analistas do CEIC.

Os anos subsequentes, mais precisamente entre 2011 e 2014, também não são de fácil gestão para o 'staff' liderado por JES, apesar de ter sido nesta fase que conseguiu alcançar, pela primeira vez, a proeza de colocar a taxa de inflação na casa do um dígito, fixando-o em 7,69%, em 2012, e em 7,48%, em 2013.

Entretanto, o mercado petrolífero internacional no período é marcado por uma grande turbulência, registando uma queda do preço médio do barril, entre Junho e Dezembro de 2014, de 44,2% implicando a obtenção de uma taxa média de variação do PIB de apenas 4,1%.

Com os Estados Unidos a transformarem-se no maior produtor mundial de petróleo, enquanto prevalecia o braço-de-ferro entre a OPEP e a Arábia Saudita quanto ao não ajustamento em baixa da produção da organização, Angola põe-se novamente a fazer contas face à forte tendência de a taxa de inflação voltar ao nível dos dois dígitos.

Tendo como base a conjuntura económica de então, em Angola, o período é novamente marcado por sucessivas revisões em baixa dos principais agregados macroeconómicos.

À hora de saída, JES deixa o país com uma inflação anual homóloga, até Agosto, de 26,95%, e uma taxa de crescimento real do PIB em 1,2%, havendo ainda previsões de crescimento do PIB não petrolífero na ordem dos 2,3%, e do PIB petrolífero de 1,8% e um volume de dívida pública na ordem dos 60% do PIB.

A ECONOMIA EM NÚMEROS

Principais Indicadores Económicos 2016-2017	OGE Nov.16		FMI Jan.17		OGE Nov.16		FMI Jan.17	
PIB real	4,0	3,0	3,3	0,0	2,1	1,3		
Sect. petrolífero	7,8	6,4	4,8	0,8	1,8	1,5		
Sect. N Petrolífero	2,4	1,6	2,7	-0,4	2,3	1,3		
Preços no consumidor (média anual)	13,8	10,3	11-13	33,0	15,8	29,2		
Petróleo	1.890,0	1,8						
Prod. Petróleo (mbd)	53,0	50,0	1.890,0	1.780,0	1.814,3	1.821,0		
Preço petróleo (média, USD barril)			45,0	40,5	46,0	0,0		
Governo Central (percentagem do PIB)								
Saldo orçamental global	-4,2	-3,3	-5,5	-4,1	-5,8	-6,7		
Total dívida (bruta) do sector público	40,5	65,4	49,7	71,6	52,7	62,8		
Balança de pagamentos								
Saldo conta corrente (% do PIB)	16,5	-10,0	0,8	-4,3	23,0	-6,1		
RIL (fim de período, milhões USD)	24.550,0	24.266,0	-	20.416,0	-	17.416,0		

até que o fim da guerra civil angolana, em 2002, constituiu uma oportunidade para a maior interacção entre Luanda e Pequim. Notadamente, em 2004, o então vice-primeiro-ministro chinês Zeng Peiyan anunciou, em visita a Angola, que o Eximbank da China emprestaria dois mil milhões

de dólares ao governo angolano para financiar a reconstrução do país.

Desde então, o banco ampliou suas linhas de crédito para 10,5 mil milhões de dólares e permanece como a principal instituição financeira da China em Angola, embora actualmente estejam a surgir outras

entidades financeiras chinesas com interesse nessa actividade. Os financiamentos concedidos pela China para projectos na reconstrução nacional e relançamento da economia angolana segundo fontes oficiais atingiram 14,5 mil milhões de dólares, até finais de 2010.

As trocas comerciais entre Angola e a China, no primeiro semestre deste ano, recuperaram da quebra registada no período homólogo, quando recuaram cerca de 46% para 7,1 mil milhões de dólares, comparativamente aos 10,4 mil milhões do mesmo período de 2015.

Nos primeiros seis meses do ano em curso, as trocas comerciais cresceram cerca de 40,3%, passando dos 7,1 para 11,9 mil milhões de dólares. A manter a média mensal do semestre passado, as trocas comerciais do ano em curso superarão os cerca de 15,6 mil milhões de dólares de 2016.

Observatório

DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

O testemunho que JES recebeu de Neto e deixa para Lourenço

LEGADO. JES tomou posse numa altura em que o desafio era igualar a diversificação das exportações ao nível de 1973 em que o petróleo representou 30%.

Por César Silveira

á por altura do primeiro congresso do MPLA, realizado em Dezembro de 1977, ficou patente que a necessidade de se diversificar a economia seria um dos objectivos a seguir nos anos subsequentes pelo partido governante. O plano estava suportado na meta “de recuperar a produção para os níveis de 1973”.

Segundo os registos, no referido encontro, houve o reconhecimento da necessidade de se apostar tanto na diversificação da estrutura agrícola e industrial do país como na das exportações como forma de diminuir o grau de dependência externa.

Definiu-se, por exemplo, o sector extractivo como sendo o financiador do referido programa. Na altura, além do petróleo, apostava-se na exploração do diamante, ferro e outros para a “constituição do fundo de acumulação indispensável”.

Nos anos subsequentes, os programas do MPLA sempre defenderam a necessidade de diversificação da economia, sobretudo devido às crises do preço do petróleo que se foram registando.

José Eduardo dos Santos conviveu com a primeira crise alguns meses depois de presidir o primeiro congresso do partido, no caso o I.º congresso extraordinário que aconteceu em Dezembro de 1981. Seguiram-se as crises de 1986/1988, 1998/1999, 2008/2009 e 2014... O economista Alves da Rocha é de opinião que não se aprendeu com as crises anteriores à de 2014.

“Tão logo o preço do petróleo



ESFORÇO DE INVESTIMENTO PARA A DIVERSIFICAÇÃO ATÉ 2025 (EM MILHÕES DE USD)

Sector	Invest. total	Invest. anual	Taxa de investi. (%)
Agricultura Pecuária Floresta Pescas	98 770,4	5810,0	10,3
Manufatura Construção Energia e Águas	276 941,4	16 290,7	11,8
Comércio Bancos Seguros Transportes Comunicações	99 301,3	5841,3	7,4
Petróleo	54 626,6	3213,3	13,2
Total	604 344,3	35 549,7	11,8

subia, voltávamos a nadar no mar das receitas petrolíferas”, salienta, acrescentando que a actual crise é um facto se se considerar que 1973 continua a ser um dos anos de referência no que à diversificação das exportações diz respeito: petróleo (30% do total exportado), café (27%), diamantes (10%), minério de ferro (6%), algodão em rama (3%) e sisal (2%).

Actualmente, as exportações petrolíferas representam cerca de 96%

das exportações nacionais.

No que diz respeito à contribuição ao PIB, regista-se uma tendência de redução da participação do sector petrolífero. Em 2016, fixou-se em 32% depois de fixar-se em 58%, em 2008, devido à tendência crescente da contribuição dos impostos que passou de 16% para 27% entre 2008 e 2016. Portanto, José Eduardo dos Santos passa o testemunho da necessidade da diversificação para João Lourenço.

Formar uma classe empresarial forte

José Eduardo dos Santos, em diversas ocasiões, manifestou-se a favor da criação de uma classe empresarial forte como forma de evitar a dependência de grupos de empresários estrangeiros. Um desses apelos aconteceu no discurso de 11 de Novembro de 2004 quando disse que certos grupos empresariais, controlados por cidadãos estrangeiros, dominavam o comércio grossista e manipulavam os preços dos principais produtos, criando dificuldades à gestão macroeconómica do Governo e à vida dos angolanos.

“Os lucros fabulosos que esses grupos fazem não são, pelo menos em parte, reinvestidos no país, havendo uma sangria constante de divisas da nossa economia”. Solicitou ponderação a esses empresários e mais cooperação com as entidades competentes do Governo no sentido de contribuírem para a estabilidade dos preços.”

Foram criadas algumas facilidades no sentido de reforçar a capacidade dos empresários locais, mas, por diversas oportunidades, José Eduardo dos Santos manifestou-se descontente com os resultados. A mais sonante aconteceu em Agosto de 2016, quando falou da necessidade de separarem os falsos dos empresários competentes. “Angola não precisa destes

falsos empresários, que só contribuem para a sua dependência económica e política de círculos externos”, salientou, defendendo a necessidade de se “priorizarem os projectos estruturantes, os de maior rentabilidade, os mais competitivos e inovadores”. Discursava na abertura do VII Congresso Ordinário do MPLA.

O empresário Bartolomeu Dias é de opinião que José Eduardo dos Santos deixa o poder sem realizar o sonho de criar uma classe empresarial forte. “Houve várias intenções, participei nas várias reuniões em que o presidente José Eduardo dos ensaiou a potencialização do empresário nacional, mas este sonho não foi realizado.

Assistimos a uma tendência peculiar de apoiar meia dúzia de pessoas que hoje criaram um monopólio ao invés de dimensionar e potencializar o sector. O que nós queríamos era que fossem potencializados aqueles que empresários com capacidades, conforme fez o Obama, aquando da crise económica americana, para que tivéssemos capacidade produtiva”.

O empresário é de opinião que, para o sucesso do referido sonho, era necessário “o poder de decisão financeiro passar pelas mãos dos angolanos mas isso nunca aconteceu até à saída do Presidente”.

213,8

TOTAL DE FOGOS HABITACIONAIS construídos, até 2016, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, precisamente 213.863 fogos.

A centralidade do Kilamba é o símbolo maior do ambicioso projecto habitacional de JES.



DA EDUCAÇÃO ÀS CENTRALIDADES

A obra no plano social

LEGADO. Consequências do conflito armado tiveram forte impacto no sector social, reduzindo praticamente a 'cinzas' uma enormidade de infra-estruturas públicas com destaque para hospitais, escolas, estradas e pontes.

Por Valdimiro Dias

A actuação de José Eduardo dos Santos a esse nível deixa também marcas indeléveis reconhecidas pela maioria dos observadores nacionais. Aliás, o facto de ter conseguido alcançar a 'paz das armas' abriu-lhe outro desafio pela frente: o da paz social.

Um dos caminhos pasou então pela canalização de verbas à área social, resumias num pacote financeiro anual na casa dos 30% do total do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Nos últimos 10 anos, a título de exemplo, o orçamento destinado ao sector social tem crescido em relação às outras áreas, não obstante as vozes que defendem que a 'fatia' atribuída ainda é reduzida.

Este ano, porém, o sector social

deverá absorver 38,03% do total da despesa prevista para o OGE 2017.

EDUCAÇÃO

A educação, pedra angular para o desenvolvimento de qualquer nação, foi um dos sectores que sofreu as consequências nefastas do longo conflito armado. Entretanto, desde 2002 o sector vem beneficiando de algumas transformações, nomeadamente no capítulo da expansão de unidades de ensino em toda a extensão do país, faltando ainda vencer a 'batalha' pela qualidade.

Aliado à expansão da rede escolar está em curso a reforma educativa que vem sendo executada no âmbito da Lei do sistema de Educação, promulgada em 2001, que colocou outra 'dinâmica' no subsistema do ensino técnico-profissional que tem merecido atenção especial, por ser considerada como o motor do desenvolvimento de Angola.

Em termos de números gerais, até 2015, o país contava com cerca de 8,3

milhões alunos, atendidos por mais de 85,1 mil docentes. Hoje, o sistema conta com 12.907 escolas do ensino primário.

ENSINO SUPERIOR

A criação das oito regiões académicas resulta da aprovação, em Fevereiro de 2009, em Conselho de Ministros, do decreto que estabeleceu a reorganização da rede de instituições do ensino superior públicos. A medida, além de ter permitido aumentar a oferta, proporcionou outro fôlego à universidade pública Agostinho Neto.

No quadro destas medidas, foram constituídas oito regiões académicas, no país, nomeadamente a Universidade Agostinho Neto (Luanda e Bengo); 11 de Novembro (Cabinda e Zaire), José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico), Mandume ya Ndemufayo (Huila e Namibe) e Cuito Cuanavale (Kuanjo-Kubango e Cunene).

A lista é completada por outras instituições como as universidades

Kimpa Vita (Uíge e Kwanza-Norte), Lueji A'Nkonde (Lunda-Norte, Lunda-Sul e Malanje) e Universidade Katya-vala Bwila (Benguela e Kwanza-Sul).

No ano lectivo 2003/2004, a única universidade pública de então, a UAN, possuía 14 unidades orgânicas, sendo sete faculdades, seis institutos superiores de educação e um de enfermagem, esmagadoramente situados em Luanda, sendo que as demais províncias dispunham de apenas pólos, estando inscritos na altura 17 mil estudantes em todo país.

Entretanto, dados mais recentes do último anuário estatístico do ensino superior, referente a 2015, apontam que o subsistema de ensino superior está constituído por 73 instituições, 64 das quais em funcionamento (24 públicas e 40 privadas), congregando hoje acima dos 221.037 estudantes.

SAÚDE

Até 1999, o país contava com apenas 58 hospitais e mais de 1.330 postos de

saúde. Mas, em 2005, esse número subiu para 218 hospitais. Embora haja algum reconhecimento, por parte da classe, quanto à formação de novos profissionais na área da saúde que tem estado a aumentar, os dados do Ministério da Saúde indicam, por outro lado, haver um défice significativo no número de médicos em serviço.

HABITAÇÃO

A intensificação da migração interna exigiu um processo crescente de urbanização, face ao significativo défice habitacional. O novo quadro leva igualmente JES a lançar, em 2008, o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação que previa a construção de um milhão de fogos habitacionais.

A missão, porém, revelou-se difícil de concretizar, devido, mais uma vez, segundo o Governo, aos efeitos da crise. Entretanto, nessa altura, JES cumpre com a promessa de construção de centralidades habitacionais. Kilamba, com um total de 20.002 fogos, era uma das primeiras a surgir, em Luanda.

Além desta, foram erguidas também a centralidade do Sequele (10.108 fogos), Vida Pacífica (2.464 fogos), Kapari (3.504 fogos) e Quilómetro 44 (1.984 fogos). Depois seguiram-se outras como o KK5000 (cinco mil fogos) e Zango 8000 (oito mil fogos).

De Luanda, as centralidades espalham-se por todo o país e, nesse momento, há projectos em construção e terminados nas restantes 17 províncias.

Além do programa das centralidades, JES comprometeu-se ainda a realizar o plano habitacional de 200 fogos por municípios, tendo o Executivo construído apenas 10.441 unidades contra as 26.000 previstas.

No total, a meta prevista no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação atingiu a cifra de 213.863 fogos até 2016.

CENSO GERAL DE POPULAÇÃO

Os resultados deste importante instrumento de planificação foram apresentados em 2016. Desta feita, ficou-se a saber que a população angolana é constituída actualmente por 25.789.024 habitantes, 6.945.386 dos quais vivem na capital do país, Luanda.

Até então, Angola não realizava um censo geral desde 1970 e as estatísticas, ora apresentadas, vão contribuir para as políticas do Estado viradas para a resolução dos problemas da população. O país deixa, doravante, de utilizar estatísticas por estimativas.

Economia/Política

Margarida Izata, directora dos Assuntos Multilaterais, do Ministério das Relações Exteriores



Manuel Tomás ©VE

INVESTIGAÇÃO SOBRE VIOLAÇÃO DE SANÇÕES CONTRA A COREIA DO NORTE

Angola nega acusações da ONU

BLOQUEIO. País já enviou dois relatórios ao Conselho de Segurança da ONU, sobre o cumprimento do embargo imposto à Coreia do Norte.

Por António Miguel

O Governo angolano negou as acusações da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo as quais o país estaria a violar o embargo político e económico imposto à Coreia do Norte, como consequência dos testes nucleares levados a cabo por Pyongyang. “Angola não está e nunca esteve em situação de violação às sanções impostas pela ONU à Coreia do Norte”, garante a

directora dos Assuntos Multilaterais, do Ministério das Relações Exteriores (Mirex), Margarida Izata.

Em declarações em exclusivo ao VALOR, Izata afirmou que, até ao momento, o Governo já enviou ao Conselho de Segurança da ONU (CSONU) dois relatórios com detalhes sobre o cumprimento do bloqueio contra Pyongyang. “Pode juntar-se aos relatórios a visita efectuada por peritos designados pelo CSONU há cerca de um ano, com o mesmo propósito, isto é, verificar ‘in loco’, o grau de implementação das recomendações por parte de Angola”, argumentou.

A ONU anunciou estar a investigar possíveis violações ao embargo e sanções impostas à Coreia do Norte por parte de Angola e Moçambique. No caso de Angola, a acusação, segundo um recente relatório da organização, é sustentada pela possibilidade de o país ter tido nas forças de segurança elementos norte-coreanos.

“O painel continua a sua investigação sobre se a guarda presidencial de Angola e outras unidades foram treinadas por pessoas da República Democrática Popular da Coreia, bem

2

Relatórios de Angola foram enviados ao Conselho de Segurança da ONU, detalhando o cumprimento das sanções contra Pyongyang.

como sobre diplomatas do país acreditados em Angola que trabalham para a Green Pine Corporation, incluindo Kim Hyok Chan e Jon Chol Young”, lê-se no relatório da maior organização internacional.

“Há poucas possibilidades de serem encontrados elementos de prova, uma vez que o país tem procurado cumprir, no seu entender, todas as recomendações e tem mantido a comunidade internacional informada sobre o assunto”, responde Margarida Izata, quando questionada sobre as possíveis consequências para o país, caso fique provada a violação.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, na semana passada, a nona ronda de sanções contra a Coreia do Norte, por causa da sua corrida às armas nucleares. O novo bloqueio foi proposto pelos Estados Unidos da América e visa interditar as exportações norte-coreanas de têxteis e reduzir a sua importação de petróleo e gás. Os Estados-membros da ONU estão ainda proibidos de contratar mão-de-obra da península norte-coreana.

Actualmente, encontram-se médicos e professores norte-coreanos a trabalhar em solo angolano. Questionada se Governo vai mandá-los de volta, a directora dos Assuntos Multilaterais do Mirex responde que “há uma lista publicada pelo CSONU em actualização permanente que define também este aspecto das sanções. Angola irá cumprir com o que estiver estipulado pelo regime de sanções”.

O Estado angolano tem acordos de cooperação, no domínio social e económico, com o regime comunista de Pyongyang. Uma comissão mista foi criada para impulsionar as relações. A maior parte dos documen-

tos foi assinada na década de 1970 e 1980, quando, no país, vigorava o sistema político de partido único. Saúde, educação, agricultura, pescas, construção, ciência e tecnologias são as principais áreas de negócios entre os dois países. Técnicos norte-coreanos participaram, durante décadas, na construção de vários monumentos históricos em Angola, enquanto vários bolseiros angolanos se formaram em terras de Kim Jong-Un.

As relações passaram também a nível militar. Aliás, suspeitava-se que Angola teria comprado equipamentos militares, em 2011, a partir da Coreia do Norte, numa operação que envolveria a empresa Green Plane Associated Corp, que se encontra sob sanções da ONU, de acordo com um relatório de 2016 da organização. Em 2015, um jornal norte-americano, o ‘Washington Times’, publicou um artigo, acusando o Governo angolano de recorrer a instrutores militares da Coreia do Norte, para treinar um batalhão de Unidade de Guarda Presidencial, em Luanda, sendo estas informações que sustentam a acusação da ONU.

O INSTITUTO DE FOMENTO DE TURISMO (Infotur), anunciou, para este mês, o início da construção, na Huíla, da escola regional do Turismo. O empreendimento está orçado em mais de 25 milhões USD, informou o director-geral, Eugénio Clemente.



PELO MENOS, SEIS CONTRATOS, avaliados em 34.700.897 USD, foram assinados na sexta-feira, em Luanda, pela Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado, em cerimónia presenciada pela ministra da Indústria, Bernarda Martins.



SEGUNDO A BLOOMBERG INTELLIGENCE

FMI pode regressar com João Lourenço

ACORDO À VISTA. Provável regresso do Fundo Monetário Internacional é justificado com a necessidade de apoio financeiro ao Governo. Observadores admitem 'susto' ao kwanza.

Por Cândido Mendes

A

presidência de João Lourenço deve abrir caminho para o Governo lançar novas medidas de austeridade

fiscal, necessárias para aproximar o défice fiscal a 2% do produto interno bruto e assim obter o apoio financeiro do Fundo Monetário Internacional, afirma a Bloomberg Intelligence (BI) no seu último relatório.

A unidade de pesquisa considera, no entanto, que um programa do FMI exigiria provavelmente "alguns apertos", entre os quais a desvalorização do kwanza. Várias vezes referida como uma das moedas mais valorizadas no continente, cotada aproximadamente a 170 em relação ao dólar norte-americano no mercado oficial, o kwanza vale duas vezes menos no mercado paralelo, onde parte significativa dos agentes económicos obtém divisas. "O ajuste para baixo da moeda nacional será provavelmente necessário se o Governo decidir solicitar um pacote de apoio financeiro do FMI", lê-se no relatório da BI que acrescenta, no entanto, que "uma nova desvalorização do kwanza pode relegar Angola para a quarta ou quinta maior economia da África subsaariana, dependendo da escala do ajuste da taxa de câmbio".

As projecções actuais do FMI são feitas na base de uma queda no valor do kwanza em 1,4% e 6,8% em 2017 e 2018, respectivamente, em relação ao PIB nominal.

A generalidade dos observadores considera, entretanto, que um acordo

com o FMI inspiraria confiança aos investidores estrangeiros. Aliás, o Executivo do Presidente José Eduardo dos Santos chegou a negociar com a instituição liderada por Christine Lagarde, no ano passado, uma possível ajuda financeira. As negociações foram interrompidas, um gesto que os analistas atribuíram à então aproximação das eleições. Ao mesmo tempo que anteviam o reatamento das negociações tão logo o partido no poder fosse reconduzido.

POLÍTICAS MONETÁRIA E INFLAÇÃO

A BI julga ser "pouco provável" que o Banco Nacional de Angola (BNA) venha aliviar a restritiva política monetária, pelo menos, a curto prazo, dada a pressão contínua sobre a moeda nacional.

Nos últimos meses, o BNA tem mantido inalterada a sua taxa de juro de referência (a Taxa BNA) nos 16%.

Enquanto isso, o Índice dos Preços ao Consumidor (IPC) avançou em 1,6% no mês de Agosto em comparação com 1,7% no mês anterior.

"A subida dos preços deve diminuir ainda mais nos próximos meses como resultado de uma balança de pagamentos mais saudável e de uma moeda mais estável," constata a BI.

Por outro lado, embora a BI preveja um aumento de exportações de petróleo ainda este ano, o benefício imediato para o país depende do preço a que este for vendido no mercado internacional. "Se o preço não se mantiver acima de 50 USD por barril e o Governo efectuar os pagamentos em atraso aos seus parceiros comerciais estrangeiros, então as reservas internacionais líquida de Angola poderão diminuir ainda mais." E um contínuo declínio das reservas pode

MEMORIZE

- Angola mantém uma produção bruta de 1,6 milhões de barris por dia, tendo recuado de 1,7 milhões de barris este ano, em parte como consequência dos cortes solicitados pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP)

1,6

Milhões de barris, produção bruta petrolífera do país

1,8

milhões de barris de petróleo, produção diária, no ano passado, em Angola.

As negociações para um programa de assistência do Fundo terão sido inviabilizadas pelas eleições.



Mário Mujica ©VE

causar "alarme" e colocar em questão a capacidade do BNA de defender a moeda, o que pode precipitar a sua desvalorização.

Nas últimas contas, as reservas aumentaram de 16,8 mil milhões de dólares em Junho para 17,5 milhões de dólares em Julho. Mas há indicações de que tenham entrado novamente em declínio em Agosto.

Angola mantém uma produção bruta de 1,6 milhões de barris por dia, tendo recuado de 1,7 milhões de barris este ano, em parte, como consequência dos cortes solicitados pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), mas também como resultado do declínio de alguns cam-

pos de produção. Angola já atingiu uma média de produção diária de 1,8 milhões de barris no ano passado, de acordo com as estimativas dos analistas do sector. Os mesmos que acreditam que a descida do nível de produção que o país tem verificado prejudica a capacidade de manutenção do endividamento do Governo.

A Bloomberg Intelligence é o braço de pesquisa financeira da Bloomberg e, segundo a própria, oferece uma perspectiva independente sobre análises detalhadas e conjuntos de dados de indústrias e empresas, bem como de governos, créditos, contenciosos, além de factores económicos que influenciam a tomada de decisões.

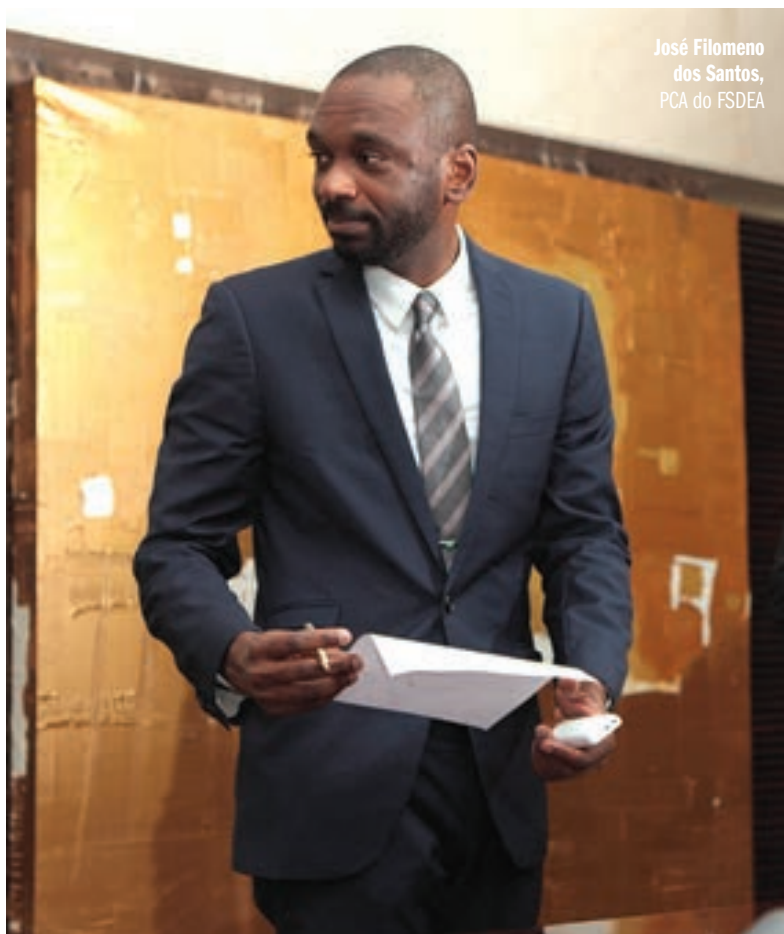
Mercados & Finanças

COM O RESULTADO POSITIVO DE 7,2 MIL MILHÕES KZ

Fundo Soberano anuncia primeiro lucro da sua história

RESULTADOS. Contas de balanço da entidade anunciam primeiros resultados positivos, desde a sua criação, de 7,2 mil milhões de kwanzas, ao contrário das perdas inscritas nas contas do exercício anteriores. Versão completa do relatório continua indisponível na página de Internet da instituição.

Por Nelson Rodrigues



O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) fechou o exercício financeiro do ano passado com um resultado líquido de 7.297 milhões de kwanzas, o primeiro da sua história, anulando a tendência de perdas consecutivas inscritas nas contas dos exercícios financeiros anteriores, de acordo com as demonstrações de resultados do organismo, assinadas pelo seu titular, José Filomeno dos Santos.

O relatório publicado no 'Jornal de Angola' não traz notas explicativas sobre a origem dos proveitos que levaram a administração de Filomeno dos Santos a inverter a trajectória passada de perdas e a versão completa do documento, onde se poderão ler as notas às demonstrações

financeiras, continua indisponível no 'site' da instituição.

Desde que foi constituído pelo Presidente da República, em 2012, este é o primeiro resultado positivo da história da entidade, que já fez vários investimentos em países distintos de África, Américas e Europa, com destaque para a Zâmbia e o Quênia, além de outros investimentos em vários activos de private equity, em Angola e na região da África Subsariana (ver gráfico). No ano de constituição, precisamente a 31 de Dezembro, a unidade de investimentos declarou resultados negativos de 17,4 milhões de dólares, com a cifra a subir para os 23,6 milhões de dólares em 2013. Em 2014, o fosso aumentou para os 154,2 milhões de dólares, registando uma ligeira descida no ano seguinte para os 134,8 milhões de dólares.

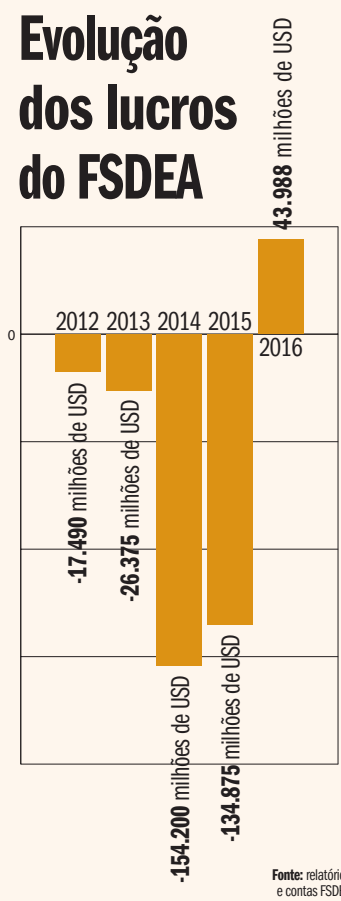
Até 31 de Dezembro, as contas do Fundo Soberano reportavam um

total de activos na ordem dos 4,9 mil milhões de dólares, representando um avanço de 4,2%, quando comparadas às demonstrações de igual período anterior na casa dos 4,7 milhões, somas calculadas, pela primeira vez, de acordo com o novo instrumento de contabilidade internacional adoptado por Angola, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS, na sigla em inglês).

1,2

Mil milhões de USD correspondiam aos activos da renda fixa em 2015.

Evolução dos lucros do FSDEA



ficção de que “cumpra com a definição de entidade de investimento estabelecida na Norma Internacional de Relato e Financeiro”, pelo que os seus investimentos em subsidiárias se encontram “registados ao justo valor”.

Também no parecer dos auditores, ficou registado que, em 2016, o conselho de administração do FSDEA “entendeu que a valorização associada à Capoinvest Limited, BVI, entidade que se encontra a desenvolver, através da sua subsidiária Caioporto, S.A., um projecto que visa a construção de um porto de águas profundas na província de Cabinda deveria ser considerada ao nível do Fundo como um aporte de capital, deduzida da respectiva comissão de performance suportada. Consequentemente, ambos os montantes foram registados nos capitais próprios do fundo na rubrica de ‘reservas’”.

BALANÇO OMITE APLICAÇÕES

O balanço e as respectivas demonstrações de resultados não esclarecem onde e como o FSDEA aplicou os valores, diferente dos relatórios anteriores, onde é possível saber sobre as alocações deste organismo dentro e fora do país. Aliás, no relatório de 2015, era possível fazer estas separações.

Até finais de 2015, os activos de renda fixa correspondiam a 1,2 mil milhões de dólares, representando 25% da carteira, assim como os activos de renda variável que, no mesmo período, estavam avaliados em 620 milhões, representando 14% da carteira.

Dos 2,7 mil milhões de dólares destinados a activos de private equity, em Angola e na região da África Subsariana, 407 milhões dólares já haviam sido investidos, além de que 62% da carteira estarem dedicados a investimentos, igualmente em Angola e na África Subsariana, e 21% na América do Norte, 11% na Europa e 6% “no resto do mundo”.

“Continuamos a fazer investimentos importantes em Angola e noutros países da África Subsariana através de fundos de private equity. Constatámos que muitos investidores observam o nosso continente com bastante interesse, devido aos elevados índices demográficos e urbanização que regista”, considera o FSDEA, que afirma não ter havido dotações adicionais de capital ao Fundo pelo Executivo.

AUDITORIA ATESTA CONTAS

Do lado dos auditores da Deloitte, o organismo também recebeu a certi-



A BMI Research considerou que os bancos angolanos vão recuperar da crise em 2018, mas persistirá o baixo crescimento económico e falta de liquidez, expondo a vulnerabilidade da banca ao sector petrolífero.



O VALOR DA DÍVIDA colocada no mercado de títulos disparou para 52,8 mil milhões de kwanzas na semana passada, 7,3% superior ao período anterior, quando a venda se situou em 48,9 mil milhões de kwanzas, segundo o BNA.

COM DUAS NOVAS CAMPANHAS PROMOCIONAIS

BFA com novas opções de pagamento digital

BANCA ELECTRÓNICA. Administração do maior banco angolano em lucros quer colocar os canais de pagamento da entidade em primeiro lugar nas opções de escolhas dos clientes, através de duas novas campanhas.

O Banco de Fomento Angola (BFA) acaba de anunciar, no seu website, duas novas campanhas de apresentação dos serviços BFA Net, BFA Net Empresas e BFA Apps, desenvolvidos para facilitar pagamentos de facturas sem que os clientes se desloquem às agências, e que podem colocar o banco na primeira linha das opções de pagamentos digitais.

Baptizadas com as frases 'Pague onde estiver, pague no BFA' e 'Onde quer que vá, leve o BFA consigo', as campanhas vêm ajudar a instituição na divulgação dos serviços digitais, além de facilitar os clientes nas escolhas das múltiplas formas de realizar operações, como o pagamento de contas por via da net e sem ir ao balcão.

"A campanha 'Pague onde estiver, pague no BFA' tem como objectivo promover todas as alternativas para os pagamentos de facturas que o BFA tem disponíveis nos seus vários canais, nomeadamente no BFA Net,

BFA Net Empresas e BFA App e nas agências BFA. Resumindo, pretende-se que um cliente que tenha uma factura para pagamento pense, em primeiro lugar, no BFA, independentemente do canal BFA que pretenda utilizar", explica a administração, em nota publicada no portal.

Além da necessidade de apresentação e expansão do serviço, a campanha 'Onde quer que vá, leve o BFA consigo' "visa promover o serviço 'Homebanking' do BFA como uma solução eficaz no apoio à gestão diária dos clientes, particulares ou empresas, principalmente quando estão fora de Angola", perspectivavam os gestores da também terceira maior instituição financeira em activos, atrás do BAI e BPC.

1,6

Milhões de clientes do BFA em 23 anos de actividade.

BANCO EM NÚMERO

Até Junho último, o banco agora presidido por Jorge Ferreira, com a pasta da comissão executiva, tinha 1,6 milhões de clientes, precisamente 1.660.962, e 191 balcões, captados ao longo de 23 anos de actividade no mercado bancário nacional.

O banco fechou o primeiro semestre com 7,9 mil milhões de dólares em activos e um resultado líquido na ordem dos 249 milhões de dólares, o maior do sistema no período. Aliás, o banco, co-financiado pela Unitel de Isabel dos Santos, é líder da banca doméstica em resultados líquidos positivos há três anos.

Do lado social, o conselho de administração do BFA deliberou, em finais de 2005, a criação de um Fundo Social, durante um período de quatro anos, através da dotação de 5% dos lucros totais do Banco. "Neste âmbito, o BFA mantém uma importante actividade de apoio a iniciativas sociais relevantes ao nível local e nacional nos domínios da educação, saúde e solidariedade social", escreve a administração, num boletim interno que balanceia as actividades do banco, no primeiro semestre deste ano.



O banco fechou o primeiro semestre com 7,9 mil milhões de dólares.

PUB

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'
RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola
 A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

PETRÓLEO
Potencial do onshore ignorado
 Com os custos de produção de petróleo a rondarem os 35 dólares por barril, especialistas apontam para a exploração onshore, que tem custos de produção mais baixos, que promova a criação de micro-economias locais e de emprego. / produção onshore em Angola marginal, abaixo dos 3%, com 67% de todo o petróleo no mercado internacional e explorada. Pág. 4-9

EM CAUSA A CRISE DE DIVISAS
Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza
 A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é autora de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acionar com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

Luanda com seis novas centrais eléctricas
 Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que prevêem abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

CATIVACÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS
Governo descarta revisão imediata do OGE
 A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a indisponibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Pág. 10-11

Moedas: ANZ USD 160,9 Kz (+0,9) | EUR 181,02Kz (+0,7) | LIBRA 229,7 Kz (+0,3) | YUAN 24,7 Kz (+0,3) | RAND Rand = 10,5 Kz (+0,7)

Descarregue a App

Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Mercados & Finanças

NOS CASOS DE QUEBRA DE COMUNICAÇÃO E FALTA DE NOTAS NOS MULTICAIXAS

Clientes devem apresentar reclamações aos bancos

PAGAMENTOS AUTOMÁTICOS. Entidade gestora da rede de multicaixas diz que as falhas nos levantamentos e notas nos ATM podem ser resolvidas em até 24 horas. Mas avisa que, se não houver solução, os clientes devem reportar a situação aos bancos emissores dos cartões multicaixas.

Por Nelson Rodrigues

Os clientes particulares e empresas que tenham dificuldades em levantar notas nas caixas de pagamentos automáticas, multicaixas, e não vêem resolvido o caso num espaço de 24 horas, devem apresentar a situação aos respectivos bancos para o devido tratamento, esclarece a Empresa Interbancária de Serviço, em resposta a uma solicitação do VALOR sobre as sucessivas falhas de serviços e falta de notas nos ATM (Automated Teller Machine, em inglês).

De acordo com a EMIS, as falhas nos multicaixas são resolvidas, automaticamente, “num espaço de 24 horas”, para os casos de reposição de dinheiro debitado em contas, mas não disponibilizado pelo aparelho.

“Em caso de falhas de comunicação ou anomalias, o sistema faz a regularização automática, dentro das próximas 24 horas [a seguir ao momento

da operação mal-sucedida]. Se não for feita a regularização automática nesse período, o cliente deve dirigir-se ao banco emissor do cartão e expor a reclamação no balcão”, aponta a administração da Emis, a quem o VALOR endereçou a solicitação.

Após receber a ‘queixa’ do cliente, o banco deve encaminhar a ocorrência do caso à EMIS, fazendo-a acompanhar de todos os elementos que justifiquem a situação, nomeadamente talões de confirmação de operação, extractos bancários de últimas operações e nota de reclamação devidamente preenchida e assinada pelo cliente.

“O banco tem três dias para remeter a reclamação à EMIS, acompanhado de evidências detalhando o sucedido”, sublinha a administração da empresa pioneira nos serviços de banca electrónica no país.

Há duas semanas, o VALOR questionou a EMIS sobre as sucessivas falhas de notas, sistemas e papéis de confirmação de operação nos ATM, no seguimento de queixas recolhidas dos clientes dos vários bancos e com base no relatório de estabilidade financeira do Banco Nacional de Angola, que coloca os níveis de reclamações

com os multicaixas em 395,08%.

Das várias perguntas colocadas à EMIS, o VALOR procurava aferir, também, qual era o tempo de reposição de um montante, nos ATM, quando há falha de comunicação. Ou seja, quando o sistema regista como realizada uma operação em que apenas liberta 25.000, mas o sistema dá como levantado 50 mil kwanzas.

A EMIS nega, entretanto, a possibilidade de levantamentos de 25 mil kwanzas em que são descontados 50 mil, justificando com o facto de apenas ser permitido levantamentos de 25 mil kwanzas por operação.

“Não é possível o cliente realizar uma operação em que solicita o levantamento de 25 mil kwanzas e o sistema conta como 50 mil, pelo facto de, na Rede Multicaixa, o limite máximo de levantamento por operação ser de 25 mil. E esse valor só é dispensado ao cliente após a recolha do cartão no leitor do ATM. A menos que o cliente faça duas operações, por exemplo; primeira sem sucesso – não é dispensado o valor da operação – e a segunda com sucesso, onde é dispensado o valor da operação”, esclarece a administração ao VALOR.

EMIS reage à matéria do VALOR

Na sequência das perguntas do VALOR enviadas à administração da Empresa de Interbancária de Serviços (EMIS), há duas semanas, o organismo envia cinco pontos de esclarecimento. Das várias explicações, a entidade admite receber reclamações dos clientes e haver, também, insuficiências na comunicação com os bancos.

De acordo com a EMIS, muitos dos bancos que integram o sistema multicaixa têm ainda necessidade de encerrar os seus sistemas informáticos no final do dia e nos fins-de-semana para fecho contabilístico e acções de manutenção. “Nessas condições, para que possa ser garantida a continuidade de serviço aos titulares dos respectivos cartões, é a EMIS, na qualidade de processadora central, que autoriza as operações em lugar do banco, operações que só são reflectidas no sistema do banco quando este volta a estar online”, assume a empresa, gestora da rede multicaixa.

EMIS RECONHECE FALHAS

Do conjunto de reclamações encaminhadas à EMIS, e segundo avançou o VALOR há duas semanas, consta a ‘queixa’ da não actualização dos saldos de contas das operações ao multicaixa, facto que a entidade

assume, além de reconhecer que tal “pode confundir o titular do cartão”.

“Pelos reclamações que temos recebido e esclarecido, concluímos que estes procedimentos, que são necessários para garantir a continuidade de serviço, por vezes, confundem o titular do cartão que já não se lembra dos movimentos que fez, dois ou três dias antes, ou que vê dois movimentos feitos no mesmo dia, mas registados na sua conta com data-valor diferentes”, lê-se na nota explicativa chegada ao VALOR.

A EMIS reconhece ainda a escassez de nota nos ATM aos finais de semana, situação que justifica com a distribuição assimétrica dos aparelhos.

“Toda a comunidade bancária, incluindo o BNA e a EMIS está consciente de que o serviço de dispensação de notas em ATM aos fins-de-semana, está muito aquém do desejável, sobretudo nas periferias das cidades e no interior do país. Como se sabe, este problema tem origem no facto de a rede de ATM apresentar uma distribuição geográfica muito assimétrica, o que desfavorece as populações das periferias das cidades e do interior”, volta a admitir a administração da EMIS, que nega haver “roubo” nos ATM aos fins-de-semana.





- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



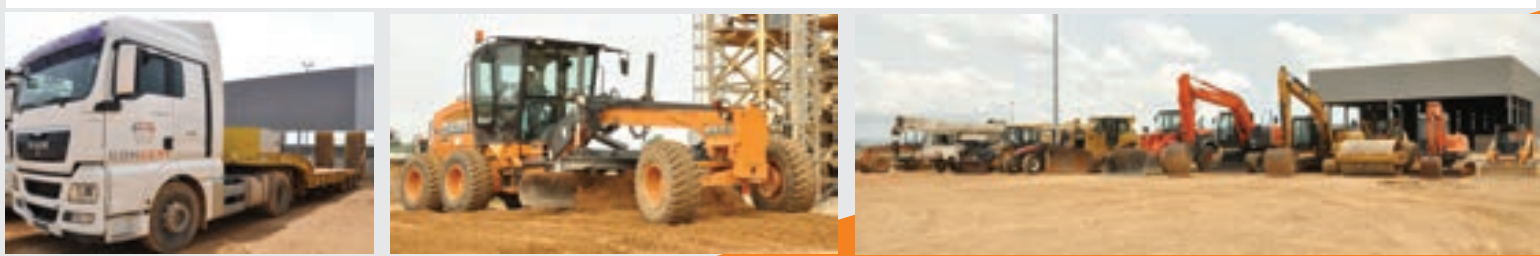
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Empresas & Negócios

DIFICULDADES NA TRANSFORMAÇÃO DE PEIXE

Solmar abaixo dos 10% da capacidade instalada

INDÚSTRIA. Gestora apela para a necessidade de se olhar “com urgência” para o sector, de modo a evitar-se o descalabro do investimento.

Por César Silveira

A

unidade de processamento de peixe Solmar, reinaugurada em Outubro de 2016, está a trabalhar abaixo de

10% da capacidade instalada, segundo Elizabete Dias dos Santos, administradora do grupo Desidi, proprietário da unidade.

“Quem não conhece o projecto, se for agora à Solmar, vai encontrar as caixas de peixes transformadas e poderá pensar que estamos a produzir dentro do preconizado, mas não. Considerando o investimento a nível da estrutura, equipamento e grupo de gestão, não estamos nem a 10% da nossa actividade”, explicou.

A gestora apresenta como razão um “conjunto de situações estruturantes” que vão desde a falta de matéria-prima em quantidade suficiente, passando pelos preços concorrenciais no mercado interno, à falta de protecção da indústria”.

“Não se consegue [atingir a capacidade instalada] com a matéria-prima local. Desconheço o esforço da pesca local, mas, como gosto de acompanhar as operações, estive em todas as regiões pesqueiras do país e concluí que não há pesca para a industrialização. Há uma actividade que sustenta a informalização, mas nós somos uma indústria que obedece a rigores de produção, a índices de conversação de matéria-prima, caso contrário não é sustentável”, argumentou.

A gestora apresenta a falta de uma doca no país como prova da falta de capacidade de matéria-prima para atender as necessidades das unidades de processamento de peixe. A importação de filete, por sua vez, é usada



A Solmar existe desde 1992, mas foi reinaugurada em Outubro de 2016,

pela gestora para exemplificar a necessidade de protecção da unidade que também produz o mesmo produto.

“Uma unidade de processamento de peixe está dependente de preços acessíveis das matérias-primas porque não podemos comprar o peixe aos preços praticados. Está dependente do proteccionismo do Executivo. Há medidas, como a veta das embarcações, por um período de seis meses para a reposição das espécies marinhas, mas as unidades industriais não podem ficar paradas este tempo, temos de ter alternativas. Esta unidade está dependente de uma quota de protecção porque estamos a transformar o filete e a concorrer com importadores que têm preços mais competitivos devido às condições e privilégios que têm nos países de origem”.

Listando os vários custos de estrutura, incluindo as despesas com os técnicos locais, mas também os da matéria-prima, Elizabete Dias dos

25

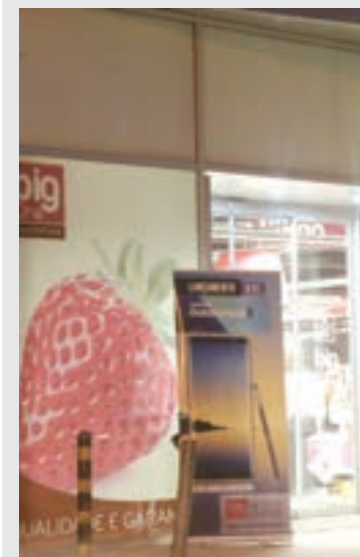
Milhões de dólares, valor de investimento na remodelação da empresa.

Santos admite a possibilidade de o projecto estar em risco, se o sector não for visto de forma global. “O Estado tem de se fazer ouvir. Ou queremos desenvolver a nossa economia ou queremos pô-la em colapso. Se for para o colapso, então estamos a agir em conformidade, mas, se for para melhorar, há uma série de situações que devem ser revistas”, defendeu.

Interrogada sobre a possibilidade de o grupo investir na captura para inverter a dificuldade de acesso à matéria-prima, a gestora respondeu

que esta decisão poderia agravar as dificuldades da empresa. “Já estamos com problemas de manter a estrutura operacional, não sei se entrar noutra segmento seria a solução ou o agravamento. Não é uma questão de investimento. Podemos investir 10, 20, 300 ou um milhão de dólares. Se não criarmos condições favoráveis para a produção nacional, vamos estar a perder dinheiro, tempo e o país a perder riquezas.”

A Solmar existe desde 1992, mas foi reinaugurada em Outubro de 2016, como resultado de um processo de reformulação iniciado em 2012. Resultado de um investimento de cerca de 25 milhões de dólares, foi transformada numa unidade de processamento de peixe, com capacidade para 15 toneladas por dia, estando dotada de equipamentos que permitem, além da congelação, a limpeza, o corte em filetes e postas, bem como a embalagem de peixe.



GRUPO BIG ONE Investimento atinge 84 milhões USD

O investimento do grupo BIG atingiram 84 milhões dólares, a informação foi revelada pelo sócio-gerente, Brito Silva, durante o lançamento, no mercado, pelo grupo, do novo modelo Samsung Galaxy Note 8 em Angola, acontecimento que ocorreu em simultâneo em varias partes do mundo.

Na sua estratégia de diversificação dos negócios, foi investido um montante de dois milhões de dólares na Big One loja Hi-Tech, inaugurada em Julho. Além disso, possui uma casa de câmbio e busca financiamento junto de alguns bancos para concluir outros projectos que prevê espaços como um ginásio, restaurante/bar, lojas de roupas, espaços para crianças, business center, loja gourmet, apart hotel, etc.

De acordo Brito Silva, a consumação deste objectivo de diversificação precisa de apoio do mercado financeiro em termos acesso, com taxas que sejam viáveis para a sustentabilidade.

Relativamente ao modelo apresentado, segue o padrão inaugurado pelo Galaxy S8 e S8+.

A Sociedade Angolana de Gases e Comprimidos (Angases) no Huambo está a funcionar com limitações, resultantes da irregularidade no fornecimento de energia eléctrica, revelou o director da instituição, José Sapalo.



NOVA ENTIDADE VAI MANTER SERVIÇOS

Fidelidade Angola 'substitui' Universal Seguros

REBRANDING. Mudança de nome é explicada com o crescimento da companhia que está colocada entre as três principais do mercado.

Por Valdimiro Dias

A Universal Seguros passou, a partir da semana passada, a chamar-se 'Fidelidade Angola'. Segundo a administração da seguradora, a mudança justifica-se no facto de a Universal ter alcançado rapidamente "maturidade suficiente" no mercado nacional, estando colocada entre as três primeiras operadoras.

A nova marca está associada ao nome da operadora líder do mercado português, a Fidelidade, que desde 2012 detém o controlo da agora extinta Universal.

Armando Mota, presidente da comissão executiva da seguradora, garantiu, na conferência de imprensa de apresentação da nova marca, que a Fidelidade Angola vai manter os produtos e submarcas já existentes.

No mercado, a Fidelidade Angola posiciona-se no terceiro lugar em volume de vendas, com uma carteira de clientes preenchida sobretudo por empresas, razão por que as próximas metas passam por alargar a penetração a nível dos particulares e aumentar a notoriedade da marca junto da população.

A Fidelidade é a seguradora líder do mercado português, tanto no ramo vida como no não vida, com uma quota de mercado de 27,7 %, marcando presença em vários segmentos de negócios da actividade seguradora em sete países, nomeadamente Angola, Cabo-Verde, Moçambique, Espanha, França e Macau.

A campanha de comunicação da nova identidade inscreve um investimento de 500 milhões kwanzas e, segundo o CEO Armando Mota, foram seleccionadas sobretudo empresas angolanas para a operação, sendo que os spots publicitários devem começar a aparecer a partir de Outubro.

Mota negou que à operação de 'rebranding' (mudança de marca)

se associe um eventual aumento de capital, avançando que em 2015 já ocorrera um acréscimo de capital dos 784 mil milhões de kwanzas para os 1,8 mil milhões de kwanzas, com a entrada de dinheiro fresco na operadora, pelo novos accionista.

Relativamente aos resultados operacionais da companhia, Mota referiu que a Fidelidade Angola tem apresentado performances "bastante melhores" em relação à média do mercado.

Já nas vestes do novo nome, a seguradora espera crescer 15,04 %, face aos 11,3 mil milhões facturados em 2016, ano em que a empresa também registou crescimento no pagamento de prémios. No entanto, há dois anos que a seguradora não faz repartição de dividendos, com os accionistas a decidirem por reinvestir os ganhos.

Entre os operadores de seguros em Angola, a Universal tornou-se assim na segunda companhia a mudar de nome, depois de a Global Seguros, no ano passado, ter adoptado a designação Saham Seguros, com a entrada dos marroquinos no capital social.



TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda

Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



(In)formalizando

FISCO INICIA CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO

AGT procura formalizar vendedores dos mercados informais



Vendedoras do Km 30 também fazem parte do cadastramento da AGT.

TRIBUTAÇÃO. Campanha de cadastramento dos vendedores nos mercados informais já arrancou. A AGT continua, entretanto, com dúvidas em relação aos procedimentos.

Por César Silveira

A Administração Geral Tributária (AGT) tem estado a analisar a melhor forma de tributar as vendedoras dos diversos mercados informais depois de, no passado dia 11, ter iniciado a campanha nacional de cadastramento e actualização dos comerciantes na informalização.

Segundo informações obtidas pelo VE, a instituição tem estado a analisar diversas possibilidades e admite tratar-se de uma “tarefa hercúlea”, considerando, entretanto, “menos problemática” a inclusão, na base tributária, das lojas e armazéns

que se situam nos diversos mercados. Aliás, segundo a fonte, esta tarefa está praticamente concluída, apesar da tentativa de fuga dos comerciantes nos primeiros dias.

Numa ronda no mercado do Km 30, um dos que recebeu a visita dos técnicos da AGT, o VE verificou que a inclusão das vendedoras na base tributária será, efectivamente, uma missão nada fácil.

As vendedoras manifestam-se pouco receptivas à ideia e apresentam como razão os baixos lucros. Mas, mais do que esta resistência que a instituição enfrentará, a dúvida prende-se com os mecanismos a serem utilizados para o controlo das contas das vendedoras.

O VE sabe que, entre as possibilidades que estão sobre a mesa da AGT, está a elaboração de uma caderneta do vendedor. Uma possibilidade que, segundo alguns espe-

9,6

Milhões de kwanzas, valor arrecadado pela AGT no primeiro dia da campanha.

cialistas, obrigaria a AGT a criar pequenas repartições em alguns destes mercados.

Enquanto isso, a AGT avança com a campanha de cadastramento, integrada no programa da instituição que visa o alargamento da base tributária e de combate à informalidade. A acção está a ser levada a cabo pela Terceira Região Tributá-

ria, que corresponde às províncias de Luanda e Bengo.

Segundo informação da AGT, no primeiro dia de campanha, foram arrecadados 9.680.352 kwanzas de imposto industrial, calculado com base na tabela dos lucros mínimos, com o cadastramento de 86 contribuintes, entre os quais 41 no Kifika e 29 no Cantinton.

Durante a campanha, os técnicos estão a sensibilizar os contribuintes sobre as vantagens da formalização dos impostos, estão a registar a localização, identificação e registo de contribuintes não cadastrados, além da actualização dos que estão cadastrados. Notificam também os contribuintes por não pagamento de impostos, por falta de cadastramento e de apresentação de declarações fiscais.

Com base no calendário de cada Repartição Fiscal da Terceira Região Tributária, os técnicos vão intervir, nesta primeira fase, apenas nos mercados da cidade de Luanda, como feiras e lojas de bebidas alcoólicas (1.ª Repartição Fiscal), mercado dos Correios (2.ª Repartição Fiscal), mer-

cado dos Kwanzas (3.ª Repartição Fiscal), mercado do Cantinton (4.ª Repartição Fiscal), mercado do Km 30 (Repartição Fiscal de Viana) e, entre outros, o mercado do Kikolo (Repartição Fiscal de Cacucaco).

Antes do lançamento desta campanha, o Departamento de Fiscalização da AGT e os principais parceiros da cadeia do comércio internacional estiveram reunidos, no dia 18 de Julho, para falar do Controlo e Combate à Informalidade Comercial.

No encontro, os participantes abordaram aspectos relacionados com a alta informalidade no exercício da actividade comercial por parte de vários operadores económicos a nível do país. Serviu também para aproximar os parceiros e encontrar consensos para que, em conjunto, se promova, nos operadores económicos, a cultura da legalidade no exercício da actividade comercial e do cumprimento voluntário das obrigações tributárias, assim como do cumprimento das disposições inscritas nas leis monetária e cambial.

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

DE JURE

ORDENAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Decreto impõe novas regras à actividade de produção cartográfica

REGULAMENTAÇÃO. Diploma que vigora desde o início do presente mês aplica-se a todas as pessoas singulares ou colectivas de direito privado, estabelecidas no território nacional, produtoras de cartografia.

Por António Nogueira

O exercício da actividade de produção cartográfica, em Angola, possui um novo regulamento, conforme determina um decreto presidencial, datado de 4 de Setembro. A medida é justificada com o facto de a cartografia assumir, nas sociedades modernas, “um papel cada vez mais relevante, constituindo-se num suporte imprescindível ao desenvolvimento das actividades de ordenamento e gestão do território, de preservação e valorização de recursos naturais e patrimoniais e de promoção e gestão de actividades económicas e sociais”.

O diploma traz, no entanto, algumas excepções, em termos de abrangência, não sendo extensível, a título de exemplo, às actividades relativas à impressão e comercialização de publicações com conteúdo cartográfico ou ainda à produção de cartografia destinada ao uso exclusivo da entidade produtora.

A realização da actividade por pessoas colectivas, segundo o decreto exarado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, depende de licença concedida pelo Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA).

Entretanto, as solicitações de licenciamento só deverão ser ins-

truídas mediante a apresentação da certidão de escritura pública da constituição da empresa, ou documento equivalente que comprove, que tem por objecto social o exercício da actividade.

O processo deve ser ainda acompanhado, entre outros documentos, da certidão de registo comercial; certificado de registo estatístico; certificado de registo criminal dos gerentes ou administradores e da apresentação do documento comprovativo da situação migratória regularizada.

A licença é concedida pelo período de um ano e é renovável mediante comprovação de que se mantêm os requisitos de acesso à actividade, sendo válida em toda a extensão do território nacional.

A actividade de produção cartográfica deve ser exercida ou por titulares que tenham requerido uma licença da ‘classe A’, que habilita o seu titular a produzir cartografia oficial, ou por cidadãos que tenham solicitado uma licença da ‘classe B’, que habilita o seu titular a produzir cartografia sujeita à homologação.

VALIDAÇÃO DAS CANDIDATURAS

A apreciação dos potenciais candidatos ao exercício da actividade deve, segundo o decreto que vimos referindo, ser efectuada nos 15 dias úteis subsequentes à sua apresentação e consiste na observação do cumprimento dos requisitos legalmente exigidos para o exercício da actividade.



15

Dias é o período máximo em que um requerente deve apresentar reclamação junto do IGCA.

Após a verificação da conformidade dos requisitos e existindo fundamentos para uma decisão favorável ao pedido apresentado, o IGCA emite a licença no prazo de até 15 dias úteis, a contar da data da entrada do processo, mediante o pagamento de uma taxa.

TAXAS

Pelos serviços prestados pelo IGCA, nos termos do presente diploma, são devidas taxas expressas em Unidade de Correção Fiscal (UCF), designadamente nos actos de emissão ou renovação da licença da Classe A (19.500 UCF); emissão ou renovação da licença da Classe B (13.000 UCF) e reemissão da licença por mudança ou por motivos de deterioração ou extravio (3.250 UCF).

A totalidade das receitas resultantes da cobrança das taxas dá entrada na Conta Única do Tesouro, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), sob a rubrica orçamental “Emolumentos e Taxas”.

Os valores arrecadados, de acordo com o decreto, constituem receitas do Orçamento Geral do Estado, 50 % dos quais correspondem à dotação orçamental que será atribuída por transferência ao Instituto Geográfico e Cadastral de Angola.

O diploma determina ainda que as taxas previstas são actualizadas por decreto executivo conjunto dos titulares dos departamentos ministeriais responsáveis pelos sectores do Urbanismo e Habitação e das Finanças que define os termos da sua aplicação, cobrança e afectação, nos termos da legislação em vigor e tendo em atenção o índice de inflação.

O decreto estabelece, por outro lado, que as empresas não podem ceder o alvará sob pena de suspensão do exercício da actividade pelo período de 180 dias, para além do pagamento de multa no valor equivalente ao dobro do da taxa de emissão da licença na respectiva classe.

“As pessoas singulares ou colectivas que exerçam ilegalmente a actividade regulada pelo presente diploma são punidas com multa no valor do quádruplo da taxa de emissão da licença na respectiva classe, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas”, determina ainda o novo decreto.

MEMORIZE

- A totalidade das receitas resultantes da cobrança das taxas dá entrada na Conta Única do Tesouro, através do Documento de Arrecadação de Receitas (DAR), sob a rubrica orçamental “Emolumentos e Taxas”.

Existindo falta de elementos no processo, o requerente é notificado para, no prazo de 30 dias, completá-lo ou aperfeiçoá-lo, sob pena de indeferimento do pedido. O requerente pode, em caso de indeferimento, apresentar reclamação dentro do prazo de 15 dias, junto do IGCA.

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Gestão

DE SIMPLES SITES A MASCOTES DE ROCHA QUE VALERAM MILHÕES

Milionários que fizeram riqueza de forma incomum

FORTUNAS. Ganhar na lotaria talvez seja a forma mais rápida de se chegar a milionário, para o senso comum. O VE, entretanto, destaca quatro casos paradigmáticos de homens de negócios que chegaram a este patamar de forma meteórica, recorrendo a outros métodos.



Por António Nogueira

ALEX TEW

e sua página de um milhão de dólares

Há pouco mais de 10 anos, um estudante inglês de 21 anos que procurava uma forma de financiar os seus estudos universitários criou a "The Million Dollar Homepage" (a página de um milhão de dólares, em português), na qual vendia píxeis, como são chamados os pontos que compõem uma imagem digital. A ideia era atrair empresas interessadas em anunciar no site. Por intermédio dos píxeis adquiridos, seria possível ter acesso aos seus sites. O preço cobrado era de um dólar por píxel, com um pacote mínimo de 100 píxeis. A página tornou-se popular quase que instantaneamente. Quatro meses depois do lançamento, o seu criador, Alex Tew, leiloou os últimos píxeis disponíveis no site eBay, tendo sido vendidos, em 2009, alguns píxeis por 38,8 mil dólares.



CHRIS CLARK,

o primeiro dono do pizza.com

Em 2008, o dono de uma empresa de software Chris Clark tornou-se manchete de jornais pelo incrível valor que conseguiu com a venda de um endereço na internet. Chris Clark pagou 20 dólares pelo domínio "pizza.com" em 1994. Catorze anos mais tarde, quando a internet se tornava cada vez mais popular, Clark, aproveitando-se da situação, leiloou o seu projecto por 2,6 milhões de dólares. "A oferta final superou qualquer expectativa", disse o milionário a um jornal local de Baltimore, nos Estados Unidos. Actualmente, o site reúne links para pedir pizza através da rede. E a única coisa que o seu primeiro proprietário lamenta é não ter comprado mais domínios nos anos 1990.



OS OSSOS DA SORTE DE KEN AHRONI

Dono de uma série de invenções tecnológicas, Ken Ahroni entrou para o clube dos milionários graças a algo muito simples que o inspirou durante uma ceia de Acção de Graças em 1999. Nesta data, é um costume que duas pessoas segurem o osso em forma de "V" de um peru e tentem rompê-lo fazendo um pedido enquanto isso. Quem fica com o maior pedaço terá o seu desejo realizado, de acordo com a tradição. Ahroni percebeu como era frustrante que só houvesse um osso do tipo em toda a ave, o que impedia que mais pessoas participassem da brincadeira, e criou a Lucky Break Wishbone, uma empresa dedicada a criar versões de plástico do osso da sorte. A companhia logo conseguiu facturar um milhão de dólares e, por conta do sucesso da ideia, moveu processos na Justiça por violação de direito autoral.



O CRIADOR DA 'MASCOTE PERFEITA'

Gary Dahl era um executivo do mercado publicitário da Califórnia, nos Estados Unidos, quando teve a lucrativa ideia de transformar uma conversa mantida com os seus amigos nos anos 1970, durante um negócio. Eles haviam falado sobre como era difícil ter uma mascote perfeita, e Dahl respondeu que já o tinha: era uma pedra. Não demorou para que Dahl começasse a vender pequenas rochas como mascotes, com uma caixa de vidro e um livro de instruções. As "pet rocks" foram um grande sucesso entre 1975 e 1976, com mais de 1,5 milhões de unidades vendidas por quase quatro dólares cada uma. Mas, após a moda passar, praticamente desapareceram. Em 1988, Dahl contou a um jornal americano que havia passado os últimos 13 anos escondendo-se dos "loucos" que o perseguiram para ameaçá-lo ou processá-lo.

O mistério da inflação desaparecida



Nouriel Roubini

Desde o verão de 2016, que a economia global tem estado num período de expansão moderada, com uma aceleração gradual da taxa de crescimento. O que não recuperou, pelo menos nas economias desenvolvidas, foi a inflação. E a questão é: porquê?

Nos Estados Unidos, na Europa, no Japão e noutras economias desenvolvidas, a recente aceleração do crescimento tem sido impulsionada pelo aumento da procura agregada, resultado das contínuas políticas monetárias e fiscais expansionistas, bem como de uma maior confiança por parte dos negócios e dos consumidores. Esta confiança foi impulsionada por uma queda no risco financeiro e económico, juntamente com a contenção dos riscos geopolíticos, que, como resultado, até agora pouco impacto tiveram nas economias e nos mercados.

Uma vez que uma procura mais forte significa menos solidez nos mercados de produtos e do trabalho, a aceleração recente do crescimento nas economias desenvolvidas deverá trazer consigo uma recuperação da inflação. No entanto, a inflação subjacente caiu este ano nos EUA e continua teimosamente baixa na Europa e no Japão. Isto cria um dilema para os principais bancos centrais - começando com o Federal Reserve dos EUA e o Banco Central Europeu - tentando eliminar as políticas monetárias não convencionais: estes garantiram um crescimento maior, mas ainda não atingiram o objectivo de uma taxa de inflação anual de 2%.

Uma possível explicação para a misteriosa combinação de crescimento mais forte e inflação baixa é a de que, além de uma procura agregada mais forte, as economias desen-

volvidas experimentaram choques positivos de oferta.

Tais choques podem vir de várias formas. A globalização mantém baratos bens e serviços provenientes da China e de outros mercados emergentes. Uniões mais fracas e o reduzido poder de negociação dos trabalhadores reduziram a curva de Phillips, com baixo desemprego estrutural que produz pouca inflação salarial. Os preços do petróleo e das matérias-primas estão em baixa ou em declínio. E as inovações tecnológicas, começando com uma nova revolução na Internet, estão a reduzir os custos dos bens e serviços.

A teoria económica clássica sugere que a resposta correcta por parte da política monetária a tais choques positivos de oferta depende da sua persistência. Se um choque é temporário, os bancos centrais não devem reagir; devendo normalizar a política monetária, porque eventualmente o choque desaparecerá naturalmente e, com mercados de produtos e de mão-de-obra mais restritos, a inflação aumentará. Se, no entanto, o choque for permanente, os bancos centrais devem aliviar as condições monetárias; Caso contrário, estes nunca poderão atingir a sua meta de inflação. Isso não é novidade para os bancos centrais.

O Fed justificou a sua decisão de começar a normalizar as taxas, apesar da inflação subjacente estar abaixo do esperado, argumentando que os choques do lado da oferta que enfraquecem a inflação, são temporários. Do mesmo modo, o BCE preparava-se para diminuir as suas compras de títulos em 2018, sob o pressuposto de que a inflação aumentará no seu devido tempo.

Se os decisores políticos estão incorrectos ao assumir que os choques positivos de oferta que mantêm baixa a inflação são temporários, a normalização das políticas pode ser a abordagem errada e as políticas não convencionais devem ser mantidas por mais tempo. Mas, também pode significar o contrário: se os choques forem permanentes ou mais persistentes do que o esperado, a normalização deve ser prosseguida de forma mais rápida, porque já se atingiu um “novo normal” para a inflação.



Enquanto a incerteza sobre as causas da inflação baixa continua, os bancos centrais terão que equilibrar estes riscos concorrentes.

Esta é a visão adoptada pelo Banco de Compensações Internacionais, que argumenta que está na hora de reduzir a meta de inflação de 2% para 0% - a taxa que pode ser esperada, devido aos choques de oferta permanentes. Tentar alcançar uma inflação de 2% neste contexto, adverte o BCI, pode conduzir a políticas monetárias excessivamente fáceis, o que aumentaria a pressão sobre os preços dos activos de risco e, em última análise, inflacionaria bolhas perigosas. De acordo com esta lógica, os bancos centrais devem normalizar a política mais cedo, e a um ritmo mais rápido, para evitar outra crise financeira.

A maioria dos bancos centrais dos países desenvolvidos não concorda com o BCI. Estes acreditam que, se a inflação do preço dos activos despontar, pode ser contida com políticas de crédito macro prudenciais, em lugar de uma política monetária.

Claro que, os bancos centrais dos países desenvolvidos esperam que a inflação dos activos não ocorra, porque a inflação está a ser suprimida por choques temporários de oferta e que, conseqüentemente aumentará, assim que os mercados de produtos e de trabalho diminuam. Mas, diante da possibilidade de que a inflação baixa actual possa ser causada por choques de oferta permanentes, também não parecem dispostos a aliviar mais agora.

Assim, mesmo que os bancos centrais não estejam dispostos a desistir da sua meta formal de inflação de 2%, estão dispostos a prolongar a linha temporal para alcançá-lo, já que o fizeram repetidamente, concedendo efectivamente que a inflação pode ficar baixa por mais tempo. Caso contrário, teriam que suportar por muito tempo as suas políticas monetárias não convencionais, incluindo alívio quantitativo e políticas de juro negativas - uma abordagem com a qual, a maioria dos bancos centrais (com a possível excepção do Banco do Japão), não se sente confortável.

Esta paciência por parte dos bancos centrais corre o risco de reduzir as expectativas de inflação em baixa. Mas, continuar por muito mais tempo com políticas monetárias não convencionais também traz o risco de uma indesejável inflação dos preços de activos, crescimento excessivo de crédito e bolhas. Enquanto a incerteza sobre as causas da inflação baixa continua, os bancos centrais terão que equilibrar estes riscos concorrentes.

Nouriel Roubini, professor da Escola de Negócios Stern da Universidade de Nova Iorque e CEO da Roubini Macro Associates, foi economista sénior para assuntos internacionais no Conselho de Assesores Económicos da Casa Branca durante a administração Clinton. Trabalhou para o Fundo Monetário Internacional, a Reserva Federal dos EUA e o Banco Mundial.

Internacional

PRESIDENTE DO BRASIL REFUTA ACUSAÇÕES

Temer acusado de liderar organização criminosa

JUSTIÇA. Procurador-geral do Brasil, Rodrigo Janot voltou a “carga” e acusou o presidente de dois crimes. O acto surgiu três dias depois de Janot deixar o cargo.

O presidente da república do Brasil, Michel Temer, é acusado de obstrução da justiça e de participar numa organização criminosa que teria recebido 157,9 milhões de euros em suborno.

Essa é a segunda acusação que Michel Temer enfrenta, feita pelo Procurador-geral da República, Rodrigo Janot, três dias antes de deixar o cargo. Na peça acusatória entregue ao Supremo Tribunal Federal brasileiro, o procurador acusa o presidente e parlamentares do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de ser “líder de uma organização criminosa” e de participação num esquema com o objectivo de obter vantagens indevidas em órgãos da administração pública.

A acusação tornada pública na quinta-feira passada baseia-se numa investigação que concluiu que Temer liderava um esquema que praticava acções ilícitas em

troca de subornos por meio da utilização de diversos órgãos públicos, como a petrolífera estatal Petrobras, o banco Caixa Económica, o Ministério da Integração Nacional e a câmara baixa.

O esquema funcionava há 11 anos, durante o mandato de Lula da Silva. Temer é acusado de liderar desde o ano passado, mas com influência em anos anteriores. A acusação envolve o empresário Joesley Baptista, sócio de uma das maiores empresas de alimentos do Brasil, JBS, e um executivo do grupo.

A nova acusação, feita por Rodrigo Janot, é uma decisão que analistas brasileiros já esperavam. Em Junho, Temer foi acusado pelo crime de corrupção passiva, mas safou-se pela não autorização da Câmara de Deputados. A nova acusação corre pelo mesmo caminho, visto que, para que um presidente no Brasil seja julgado por um crime comum pelo Supremo Tribunal Federal, é necessário que 342 dos 513 deputados autorizem esse julgamento. Apesar de reduzida em relação ao início de man-



Michel Temer, presidente do Brasil

172

Votos necessários para impedir uma investigação.

MEMORIZE

● A nova acusação tornada pública na quinta-feira passada, baseia-se numa investigação que concluiu que Temer liderava um esquema que praticava acções ilícitas em troca de subornos.

dato, a base de Temer é maior do que os 172 votos necessários para impedir uma investigação.

PRESIDENTE REFUTA DENÚNCIA

O Governo do Brasil respondeu às acusações contra Michel Temer e

considerou as acusações do procurador-geral, de uma “marcha irresponsável para cobrir as suas próprias falhas”.

Num comunicado assinado pela Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência, o governo declara que Rodrigo Janot ignora deliberadamente as graves suspeitas que fragilizam os acordos em troca de redução das penas (delações) sobre as quais se baseou para a formulação da segunda denúncia contra Temer.

Essa afirmação lançada pelo governo brasileiro refere-se às suspeitas lançadas no acordo de colaboração firmado pela procuradoria-geral com executivos da empresa JBS que também esteve envolvida no escândalo denominado ‘carne fraca’.

A secretaria refere ainda que a segunda denúncia é recheada de “absurdos”, mistura factos e confunde para tentar ganhar ares de verdade. É realismo fantástico em estado puro”.

Temer foi o primeiro presidente do Brasil denunciado por crime comum.

ÁFRICA DO SUL KPMG exonera por ligações à família Gupta

A KPMG Internacional exonerou os responsáveis da representação na África do Sul depois de concluir que foram violados os padrões na prestação de serviço que a auditora realizou para a família Gupta.

Foram exonerados, entre outros, o presidente-executivo, Trevor Hoole; o presidente Ahmed Jaffer; o director operacional Steven Louw. Apesar de garantir que não foram encontrados evidências de corrupção, a KPMG informa que o trabalho feito para os Guptas “não atendeu aos padrões” da instituição.

Informou ainda que decidiu doar os cerca de 2,6 milhões de dólares que ganhou pela prestação de serviço a empresas controladas pela Gupta, bem como reembolsou cerca de 1,7 milhões de dólares que ganhou compilando um relatório controverso para a agência de impostos sul-africanos.

A KPMG é a terceira grande empresa a se envolver em controvérsias por ligações com o grupo de empresas da família Gupta, depois da empresa de relações públicas com sede em Londres, Bell Pottinger e a norte-americana McKinsey.

Os irmãos Ajay, Atul e Rajesh Gupta têm interesses dos sectores da informática, mineração, comunicação, viagens, energia e tecnologia e empregam cerca de 10 mil pessoas através da empresa Sahara Group.



UM PRIMEIRO comboio terrestre de ajuda humanitária entrou na cidade síria de Deir Ezzor, reduto do governo onde o exército sírio rompeu na semana passada o cerco imposto pelo grupo Estado Islâmico (EI).



OS PRESIDENTES da Rússia, Vladimir Putin, e da França, Emmanuel Macron, pedem “negociações directas” com a Coreia do Norte para reduzir as tensões, após o último lançamento do míssil de Pyongyang, anunciou o Kremlin.



Aliko Dangote, empresário nigeriano



SUL AFRICANO

Dangote no cimento

O empresário nigeriano Aliko Dangote pretende adquirir, por intermédio da Dangote Cement Plc, a totalidade do capital social da principal cimenteira da África do Sul, PPC.

A Dangote Cement informou

a referida intenção à bolsa de valores nigeriana, no passado dia 13. No documento, a empresa informa ainda que já manifestou o referido interesse à direcção da PPC e que as negociações se encontram em fase preliminar. A PPC também já reagiu. Em comunicado, disse estar a considerar a proposta indicativa e que, no momento certo, fará uma nova comunicação.

No entanto, a ligação de Dangote à empresa sul-africana não seria novidade, pois o empresário nigeriano possui 11% das participações. A concretização do negócio representaria o fracasso de um outro que propunha a fusão entre as duas maiores cimenteiras da África do Sul, ou seja, a PPC e a AfriSam. Esta parceria, entretanto, também contaria com a presença de Aliko Dangote, pois detém 60% da AfricaSam.

A PPC Ltd tem oito unidades fabris e três depósitos de moagem na África do Sul, Botswana e Zimbábue e produz mais sete milhões de toneladas de produtos de cimento por ano.

Por sua vez, a Dangote Cement produz cerca de 44 milhões de toneladas anuais e perspectiva aumentar sua produção 33% até 2020. No início do ano, a empresa registou receita, equivalente, a 1,2 mil milhões de dólares no semestre de 2017, registando um aumento de 41,2% comparativamente ao período correspondente de 2016. No mesmo período registou lucros antes de impostos, equivalente, a 433 milhões de dólares, aumento de 24% em relação ao período homólogo.

DEFENDE MALTA

Mais investimento em África

A presidente da República de Malta, Marie-Louise Coleiro Preca, defendeu a necessidade de Europa investir mais em África e ter o continente berço como um verdadeiro parceiro para a resolução de alguns dos principais problemas mundiais. “Precisamos de começar a investir em África”,

salientou durante o discurso na conferência do grupo de Arraiolos (constituído por chefes de estado, com ou sem funções executivas, de países da União Europeia que se reúne anualmente de forma informal) que aconteceu em Malta.

“Embora a Europa esteja feliz em bombear dinheiro para a África, realmente sabe onde esse dinheiro está indo? Que tipo de transparência e responsabilidade existem com os fundos concedidos à África?”, questionou a estadista.



Marie-Louise Coleiro Preca, presidente de Malta

PUB

Workshop



Paulo Finuras, Ida
Knowledge Matters

O Factor Confiança na Liderança (e não só!)

A ciência para criar líderes e equipas de elevada confiança

2 a 6 de outubro 2017

Inscrições limitadas
humanskillsangola@gmail.com



Paulo Finuras, Ph.D



Belas Business Park - Via 1, s/n
Ed.º Cabinda - Sala 101
Talatona . Luanda - Angola

Organização

HS - HumanSkills®

Consortium

Media Partner



Ambiente



De 1998 a 2013, cerca de 20% da superfície da terra coberta por vegetação perdeu produtividade.

SEGUNDO RELATÓRIO DA ONU PARA O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Um terço dos solos do planeta está degradado

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Fontes dão conta que milhares de pessoas estão presas a solos agrícolas degradados e aumentou dramaticamente a luta por serviços fundamentais como alimentação, água e energia.

O consumo das reservas naturais do planeta duplicou nos últimos trinta anos, com um terço dos solos a apresentar-se severamente degradado, alerta um relatório apresentado na 13.^a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação.

Apresentado numa reunião em Ordos, na China, o The Global Land Outlook salienta que, em cada ano, o planeta perde 15 mil milhões de árvores e 24 mil milhões de toneladas de solo fértil.

“Os pequenos agricultores, as mulheres e as comunidades indígenas são as populações mais vulneráveis, dada a dependência de recursos da terra, mas também devido à falta de infra-estruturas

e de desenvolvimento económico”, diz-se no documento.

Actualmente, ainda segundo a mesma fonte, mais de 1,3 mil milhões de pessoas estão presas a solos agrícolas degradados e aumentou dramaticamente a luta por serviços fundamentais como alimentação, água e energia.

Traçando um cenário para a procura de terra até ao ano 2050, o relatório salienta que melhor planeamento e práticas sustentáveis poderiam ajudar a atingir muitos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

“A degradação do solo e a seca são desafios fundamentais que estão intimamente ligados à maioria, se não a todos os aspectos da segurança e bem-estar da humanidade, como a segurança alimentar, o emprego e as migrações”, disse a secretária executiva

MEMORIZE

● **As Nações Unidas estimam que a África Subsaariana, a Ásia Meridional, o Médio Oriente e o Norte de África serão as regiões que no futuro terão maiores problemas, pela degradação dos solos mas também pelo crescimento demográfico, pobreza, falta de água e “elevadas perdas de biodiversidade”**

da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (CNUCD), Monique Barbut.

Achim Steiner, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, salientou, também na apresentação do documento, que mais de 250 milhões de pessoas são directamente afectadas pela

desertificação e que estão em risco cerca de mil milhões de outras, numa centena de países.

“Uma minoria enriqueceu com o uso não sustentável e a exploração em larga escala dos recursos da terra”, sendo necessário repensar a forma de planificar, utilizar e gerir os solos, o que determinará o futuro dos recursos e o êxito ou fracasso da redução da pobreza, da segurança alimentar e da água e a redução dos riscos decorrentes das alterações climáticas, diz-se no documento.

E acrescentam os autores: “As actuais pressões sobre os recursos mundiais da terra são maiores do que em qualquer outro momento da história da humanidade”. De 1998 a 2013, cerca de 20% da superfície da terra coberta por vegetação perdeu produtividade, sendo que as más práticas de gestão dos

solos são responsáveis por 25% dos gases com efeito de estufa.

As Nações Unidas estimam que a África Subsaariana, a Ásia Meridional, o Médio Oriente e o Norte de África serão as regiões que, no futuro, terão maiores problemas, pela degradação dos solos, mas também pelo crescimento demográfico, pobreza, falta de água e “elevadas perdas de biodiversidade”. Situações que, alerta-se no documento, aumentarão os riscos de conflitos violentos e migrações em larga escala.

O relatório divide-se em três partes: a primeira sobre a situação actual do uso da terra no mundo, a segunda sobre os grandes desafios, e a terceira com seis propostas para produtores, consumidores, governos e outras entidades, incluindo a planificação, a adaptação e optimização de culturas, ou os incentivos para o consumo e produção sustentáveis.

Educação & Tecnologia

SEM BOTÃO 'HOME', MAS COM RECONHECIMENTO FACIAL

Apple lança smartphone iPhone X

INOVAÇÃO. iPhone X suporta várias das características do iPhone 8 e iPhone 8 Plus, como a recarga sem fios de bateria e a optimização de fábrica para trabalhar com realidade aumentada.



Modelo novo tem tela 'infinita' e reconhecimento facial.

- Cores: 'space gray' (cinza) e 'silver' (prata)
- Opções de armazenamento interno: 64 GB e 256 GB
- Preços: 1.000 dólares (64 GB) e 1.150 dólares (256 GB)
- Data de lançamento: 3 de Novembro, nos Estados Unidos.

“MAIOR AVANÇO DESDE O IPHONE ORIGINAL”

Essas foram as palavras usadas por Tim Cook, CEO da Apple, ao apresentar o iPhone X. O novo smartphone tem acabamento em vidro e aço inoxidável e bateria com duas horas a mais de autonomia em relação ao iPhone 7.

Com a eliminação do botão 'home', os usuários deverão accionar o telefone dando dois toques em qualquer ponto da tela. Ou usando o reconhecimento facial via Face ID, substituto do Touch ID, de impressões digitais.

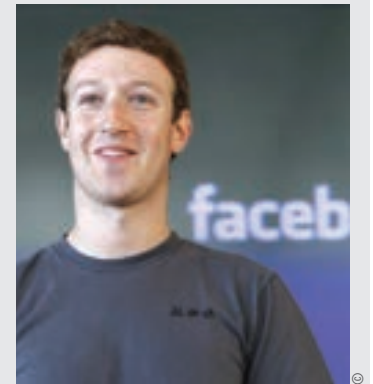
A tecnologia usa câmaras de infravermelho e de rede neural. Ao olhar para o iPhone, o aparelho projecta 30 mil pontos em infravermelho para identificar o rosto do usuário. E não destrava se o dono estiver de olhos fechados. De acordo com a Apple, as 'chances' são de um em um milhão de uma pessoa qualquer conseguir destravar uma smartphone que não é dela.

O iPhone X suporta várias das características do iPhone 8 e iPhone 8 Plus, como a recarga sem fios de bateria e a optimização de fábrica para trabalhar com realidade aumentada.

OUTRAS NOVIDADES

A empresa também revelou o Apple Watch Series 3, primeiro modelo do relógio inteligente com conexão de dados, o que dispensa a necessidade de um iPhone por perto para aceder à internet e atender ligações.

Aproveitando a nova capacidade de recarga sem fios de bateria, a Apple também revelou o Air Power, uma espécie de tapete que consegue carregar o iPhone, Apple Watch 3 e os fones Air Pods ao mesmo tempo.



INTERNET

Facebook multado

A empresa dona da rede social Facebook foi multada em Espanha, no valor de 1,2 milhões de euros, acusada de violar as leis que protegem a privacidade dos cidadãos. A rede social já tinha sido multada em França, em Maio, pelos mesmos motivos — fazer uso comercial de dados dos utilizadores, sem os avisar dessa recolha e venda de dados.

Informações como o sexo, as crenças religiosas, interesses pessoais, hábitos de navegação na internet e, até, ideologias políticas são recolhidas pela rede social, que depois faz negócio com os anunciantes a partir dessas informações. O regulador espanhol, à semelhança do que tinha acontecido em França, validou três casos de pessoas que não foram informadas sobre essa utilização, nem aprovaram os chamados 'cookies' de extrair essa informação dos seus computadores e páginas pessoais.

Em reacção à multa, o Facebook afirma que “registra a decisão da Agência Espanhola de Protecção de Dados, com a qual respeitosamente discorda”, pelo que vai recorrer da decisão.

“Como tornámos claro junto da AEPD, os utilizadores escolhem a informação que querem incluir no seu perfil e que querem partilhar com os outros, tais como a sua religião.

A

Apple lançou, na terça-feira (12), em Cupertino, na Califórnia, Estados Unidos, o seu novo

smartphone iPhone X (de 10 em números romanos, não da letra xis). O novo modelo de smartphone, que elimina o tradicional botão 'home' e traz um 'display' sem bordas e com tecnologia de reconhecimento facial, vai custar a partir de mil dólares (equivalente a 165 mil kwanzas). A pré-venda começa nos Estados Unidos a 27 de Outubro, com previsão de entrega a 3 de Novembro.

Além do iPhone X, a Apple também mostrou outros dois modelos de iPhones na apresentação no novo campus Apple Park. O iPhone 8 e o iPhone 8 Plus são smartphones feitos inteiros de vidro, o que permite a tecnologia de recarga de bateria sem fios. E vêm com um novo sensor na câmara traseira, que segue de 12 megapixels, mas agora é capaz de capturar 83% mais luz.

MEMORIZE

- Com a eliminação do botão 'home', os usuários deverão accionar o telefone dando dois toques em qualquer ponto da tela. Ou usando o reconhecimento facial via Face ID, substituto do Touch ID, de impressões digitais.



CARACTERÍSTICAS

- Display: tela sem bordas OLED Super Retina de 5,8 polegadas com tecnologia True Tone, que ajusta o balanço de cores de acordo com a luminosidade do local, e HDR ('high dynamic range'), que proporciona maior relação de contraste.
- Câmara traseira: 12 mega-

165

Mil kwanzas (equivalente a mil dólares) é o preço do novo smartphone top de linha da Apple nos EUA, com lançamento previsto para 3 de Novembro.

pixels, com dupla estabilização óptica de imagem.

- Câmara frontal: sete megapixels, com estabilização automática e modo Retrato para selfies.
- Processador: A11 Bionic de seis núcleos, dois de desempenho 25% mais rápidos e quatro de eficiência 70% mais rápidos

Marcas & Estilos

Primeira linha

Nunca foi tão fácil manter a cabeça erguida e os pés assentes e seguros no chão. Os novos sapatos Black Medallion Captoes da Peal & Co. proporcionam-lhe comodidade e garantia de qualidade peculiares da sua origem inglesa. Os atacadores foram minuciosamente ajustados ao cabedal de primeira linha.

Tempos complexos

Rotonde de Cartier é uma colecção em cuja caixa se guardam os movimentos mais avançados da alta relojoaria: o astro-regulador, o repetidor de minutos, astro-turbilhão e a grande complexidade do seu esqueleto.

Modelos épicos

Os óculos de sol NDG da Oliver Peoples incorporam parte do estilo e da moda novaiorquinos, que nada se parece com os modelos de outras épocas. A armação foi fabricada num tom cinza, lentes azul-anis, com tom e estilo fotocromático.

Padrões tropicais

Os sapatos da Chiara Ferragni continua focados no conforto e na elegância. Com a nova linha de calçados The Blonde Salad, o requinte começa nas sabrinas e termina em botas de salto transparente e de padrão tropical e selvagem.

Para longos anos

Com esta capa vibrante da NCAA Kentucky, a sua bagagem torna-se livre de riscos e permanece completamente limpa por longos anos, mantendo-se sempre à vista no carrossel de bagagens. Esta cobertura protege, personaliza e identifica a sua bagagem, para além de a tornar mais durável.

Sons impolutos

Os auriculares Schatzii Bullet têm o formato de uma cápsula completamente lisa e constitui uma das mais minúsculas 'obras de arte' com dispositivo Bluetooth para o conforto sonoro dos seus ouvidos. O Bullet permite efectuar chamadas sem grandes esforços, ouvir música com uma qualidade cristalina e audibilidade impoluta.

TURISMO

Sevilha: identidade própria

Sevilha é a jóia da coroa da Espanha imperial e ostenta o charme da antiguidade. A capital da Andaluzia tem um charme encantador, com ruas repletas de laranjeiras e ladeadas de castelos, com arquitectura grandiosa, animação e alguns dos mais famosos bares de tapas (aperitivos típicos). É, na verdade, o resultado de toda essa fusão cultural: uma cidade colorida, vibrante e contagiante.

Apesar de haver voos directos de Luanda para Andaluzia, é possível lá chegar fazendo escala em Madrid, Espanha, e seguir de avião ou comboio. Opções de hotéis são o que não falta. A maioria fica na área do centro histórico. Um bom lugar para se hospedar é na margem do rio.

A gastronomia possui grande diversidade e cada região tem identidade própria.



AUTOMÓVEL

Um híbrido competitivo

Híbrido (HEV), eléctrico (EV) e Plug-in (PHEV): são as três motorizações que compõem a gama Ioniq. Segundo a Hyundai, trata-se do primeiro automóvel no mundo a oferecer três motorizações eléctricas distintas. Completamente modificado, é capaz de atingir uma velocidade de 254 km/h, o que constitui um novo recorde mundial para um híbrido baseado num modelo de produção. É a promessa de uma marca eficiente, leve

e de condução mais dinâmica relativamente a outros veículos híbridos. Para provar isso mesmo, a Hyundai desfez-se dos componentes desnecessários, como o ar condicionado, e incluiu uma gaiola de segurança da Bisimoto, banco de competição da Sparco e um pára-quadras de travagem. A aerodinâmica também não foi esquecida, nomeadamente na grelha dianteira, menos resistente à entrada de ar.



AGENDA

LUANDA

ATÉ 28 DE SETEMBRO

Exposição 'Angola Makonzu' do artista plástico Álvaro Macieira, no Centro Cultural Português. Entradas livres. Às 18h:30.

ATÉ 30 DE SETEMBRO

Exposição fotográfica 'Geração Kilamba' de Chicala Moco em saudação ao herói nacional, na Shopping Xyami da Centralidade do Kilamba. A partir das 9 horas. Entradas livres.

22 E 23 DE SETEMBRO

A Alliance Française apresenta dois concertos de Piano com Mezzo-Soprano Elena Sommer e o pianista Alexey Shakitko, no hotel Diamante. 2.500 kwanzas. Às 19h:30.

23 DE SETEMBRO

Concerto de Aline Frazão, na Casa das Artes, Talatona. Às 21 horas. Ingressos a 5.000 kwanzas.

23 DE SETEMBRO

'Show' de humor com Os Tuneza e Calado Show, no Centro de Conferência de Belas. Às 20 horas. Ingressos a partir de 4.000 kwanzas.

“Enquanto a nossa cultura não tiver o apoio do Estado, não vamos deixar de pedir, porque, afinal de contas, toda a cultura tem peso quando o Estado patrocina. Ganhámos dinheiro, sim, mas não é suficiente.”

PRESILHA, PRODUTOR, MÚSICO E COMPOSITOR

“Há muita música descartável em Angola”

PRODUÇÃO MUSICAL. Com 20 anos de carreira, o músico e compositor Presilha congratula-se com o estado da música e da produção em Angola. Desaconselha o imediatismo para atingir o sucesso e, apesar do sucesso, defende que o Estado deve apoiar e impulsionar o desenvolvimento dos artistas.

Por Amélia Santos

Passados 20 anos, que avaliação faz da carreira?

Graças a Deus, está boa! Estou a fazer muitas produções e a contribuir para o mercado angolano de forma positiva. Neste momento, estou a prestar serviços em produção para Rey Hélder, Bela Chicola, entre outros músicos.

Quando prevê lançar o quinto álbum?

Estou a preparar com muito carinho e é provável que saia para o ano. Na realidade, o projecto está quase pronto e, inclusive, já tem título, ‘Tributo à música’, e vai contar com as participações de Yuri da Cunha e Ivan Alexei, Lutchana. Estou a negociar com Paulo Flores e mais alguns artistas.

O que se pode esperar deste projecto?

Vai ser um bom trabalho. Afinal de contas, só pelo título já é uma forma de homenagear a música, por tudo o que ela fez por mim e por outros artistas. Prefiro este para que qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, se reveja nos estilos que o disco vai apresentar. Há de tudo, desde semba, kizomba, zouk, balada, entre outros estilos.

Que grandes sucessos já produziu?

Yuri da Cunha ‘Tu és o amor’; Yola Semedo, ‘Say Ho’; Rey Hélder, ‘Mana Luna’; Irmãos Almeida, ‘Senta mais um pouco’ e ‘África’; Flay ‘Jóia rara’; Géneses ‘Luz’; Big Nelo, ‘Quem será’; Phather Mak, ‘Laranjas’... são tantos que até perdi a conta.

Qual foi a sua grande produção?

A minha melhor e maior produção foi a música ‘Senta mais um pouco’ dos Irmãos Almeida, porque foi o trampolim como produtor. Foi a oportunidade de me conhecerem e respeitarem. Já trabalhei em produção e nunca tive uma produção como aquela. Ai, dei toda a minha alma.

Com que artistas internacionais já trabalhou?

Já trabalhei com Carlinhos Branco, um brasileiro, dei uma música completa ao cabo-verdiano Grace Évora. Trabalhei com uma banda da Bahia ‘Mameto’, no Brasil, entre outros trabalhos.

Que produção mais o animou?

Todas as produções me deram o mesmo prazer, porque cada álbum tem o seu grau de responsabilidade e desafio. Mas o quinto acarreta bastante responsabilidade, pelo caminho que já venho trilhando, tendo em conta os trabalhos já feitos. Porque a música é das coisas que faço para toda a vida e por isso não posso errar. Não faço música para as pessoas dançarem durante um ou três meses. Acho que, embora não tenha sucesso ou nome, o artista deve fazer música para dançar e ficar na história.

Sente imediatismo nos nossos músicos?

Existe sim! Mas é algo que não aconselho, porque o que chega cedo e rápido pode também terminar cedo. A música tem de transmitir mensagem à alma. Há muita música descartável em Angola. O artista não é aquela pessoa que, quando entra na



Santos Samuessa © VE

Gosto de sair, mas evito ir a espaços como discotecas. Há cinco anos que não frequento. Porque nós, os artistas, muitas vezes, não somos bem encarados. É sempre bom esquivar-se.

discoteca, é reconhecida de imediato. Não! O artista tem de ter a capacidade de mudar mentalidades. Muito pelo facto de já termos vivido períodos longos de guerra e hoje, já não as guerras de facto, estamos numa guerra da mudança de mentalidade e de comportamentos.

Como vê os artistas que se expõem para ganhar notoriedade?

PERFIL

Valeriano Joaquim Calei, mais conhecido por Presilha, tem 37 anos e é natural do Lobito, Benguela. Tem a formação média em Ciências Sociais. Possui quatro álbuns lançados: ‘Sem rumo’, ‘Meu estilo’, ‘Estrelas’ e ‘Duetos’. De momento, prepara o lançamento do quinto álbum, intitulado ‘Tributos à música’, que deverá estar no mercado em 2018.

Essas polémicas, no nosso país, não são saudáveis. Talvez seja algum dia. Na Europa e na América, por exemplo, os artistas fazem essas coisas para ganhar dinheiro e vendem mesmo. Somos seguidos por muitas crianças, até nas redes sociais, e isso afecta inclusive no desempenho dos filhos.

A produção musical respira bem? Respira bem! Porque hoje, sem medo

de errar, 90 por cento das músicas consumidas são nacionais. Então, de certeza que os produtores e músicos estão a trabalhar bastante e as pessoas já valorizam mais a produção nacional. E só sai a ganhar a nossa música.

Os produtores ainda sentem falta de patrocínios?

Enquanto a nossa cultura não tiver o apoio do Estado, não vamos deixar de pedir, porque, afinal de contas, toda a cultura tem peso quando o Estado patrocina. Ganhámos dinheiro, sim, mas não é suficiente. Hoje podemos fazer toda a produção em Angola, mas há coisas que temos de finalizar obrigatoriamente no estrangeiro.

É considerado um dos melhores produtores. Concorda?

Sim! O segredo é muito trabalho e humildade. Não foi fácil conquistar este título, para que as pessoas reconhecessem inclusive as minhas músicas.

Quanto tempo levou para chegar onde chegou?

Já faço produção desde 1997, no Lobito, Benguela, mas, em 2000, tive de vir a Luanda, por ser o maior mercado, onde tudo acontece. De lá pra cá, tenho a felicidade de somar sucessos atrás de sucessos, graças a Deus.

Gosta de estar na noite/discotecas?

Gosto de sair, mas evito ir a espaços como discotecas. Há cinco anos que não frequento. Porque nós, os artistas, muitas vezes, não somos bem encarados. É sempre bom esquivar-se.

Quem mais gostaria de produzir?

Paulo Flores e Bonga, entre os nacionais. Dos internacionais, Ivete Sangalo, para fazer uma junção dos estilos baianos e os nossos, porque acho que os dois ritmos têm tudo para dar certo e um outro qualquer, desde que seja norte-americano.

Se não desse certo na música o que faria?

Engenharia de petróleo é uma das grandes paixões. Já trabalhei neste ramo na Sonamet. Foi o meu primeiro emprego.

NÚMEROS DA SEMANA

144

É o total de hotéis que Kuando-Kubango vai precisar para suprir as necessidades locais, com a execução do projecto de Conservação Transfronteiriço Okavango-Zambeze.

5

Mil milhões de kwanzas é o valor que a Associação de Empresas de Comércio e Distribuição Moderna de Angola (Ecodima) pagou em 2016 à Administração Geral Tributária (AGT).

50

É o número de empresas angolanas que vão participar, a partir de amanhã a 21 de Outubro, na 22.ª edição da Feira Internacional de Macau (China).

6

É o número de escolas técnico-profissionais regionais de hotelaria e turismo que vão ser concluídas ainda este ano em seis diferentes províncias.



FUTUROS INTEGRANTES

O Governo de João Lourenço

Nenhum nome transpirou de forma oficial da reunião do Bureau Político do MPLA, realizada na semana passada, mas o VALOR soube de fonte que Nunes Júnior deverá ocupar a pasta da Coordenação Económica como ministro de Estado no Governo de João Lourenço.

Será o regresso a um departamento ministerial que o economista já ocupou no Executivo saído das eleições de 2008. Nunes Júnior é reputado como um competente tecnocrata com credibilidade internacional, sobretudo a nível das organizações de Bretton Woods. Consta que a sua indicação decorre também desse aspecto, numa altura em que se cogita a possibilidade de o país ter mesmo de se virar para o Fundo Monetário Internacional (FMI) no sentido de garantir assistência financeira.

Geraldo Sachipengo Nunda deve

deixar o Estado Maior General das FAA e ocupar o lugar deixado vago por João Lourenço.

Outras figuras também dadas como certas Hélder Vieiras Dias “Kopelipa” Carlos Maria Feijó, respectivamente para ministros de Estado da Casa de Segurança e da Casa Civil do Presidente da República. A Confirmar-se, seria o regresso à convivência de duas figuras que se conhecem bem dos gabinetes corredores do palácio presidencial, onde foram protagonistas de episódios nem sempre pacíficos entre ambos. Seriam, seguramente, os conselheiros mais próximos do chede de Estado.

Ambos dominam parte considerável dos dossiers políticos, económicos e jurídicos das duas últimas décadas da presidência de José Eduardo, sendo que a sua indicação teria, entretanto, o condão de vincar o carácter de

continuidade do novo inclino do palácio da Cidade Alta.

Entretanto, outras fontes asseguraram que para essas posições deverão ser indigitados, respectivamente, Pedro Sebastião (deputado) e Rui Falcão Pinto de Andrade (actual governador de Benguela).

Edultrudes Costa, actual chefe da Secretaria do Presidente da República e antigo ministro de Estado e chefe da Casa Civil, é dado certo como chefe do Gabinete de João Lourenço, e Rui Manguera como ministro das Relações Exteriores.

Mantêm-se nos cargos Archer Manguera (Finanças), Augusto da Silva Tomás (Transportes), Francisco Queirós (Geologia e Minas). No BNA, Valter Filipe.

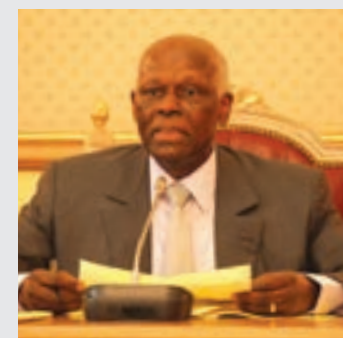
Na Assembleia Nacional Fernando da Piedade dos Santos ‘Nando’ preserva o actual cargo, enquanto Samão Xirimibi é dado como o chefe da bancada do MPLA.

KORA ANGOLA
51% da participação privatizada

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aprovou a privatização de 51% da participação do Estado, através da SONIP (Sociedade Imobiliária e Propriedades), que detém na sociedade de capitais públicos denominada KORA Angola.

Segundo um decreto presidencial, a privatização da participação social do Estado na referida sociedade realiza-se através da alienação total dos 51%, a favor da empresa Diembo. Ficam sob a responsabilidade do adjudicatário, lê-se no mesmo documento, todos os investimentos a serem afectuados pela referida sociedade, bem como, o pagamento da totalidade dos valores devidos ao Estado pela alienação da sua participação, apurados através da avaliação patrimonial da empresa.

A decisão do Governo é argumentada com a necessidade de o Estado reduzir a sua participação e intervenção na economia, bem como, a readequação das empresas do sector público.



O VALOR ESTA SEMANA

SEGUROS

Universal muda de nome

A Universal Seguros passou, a partir da semana passada, a chamar-se ‘Fidelidade Angola’. A administração da seguradora justifica a mudança pelo facto de a Universal Seguros ter alcançado rapidamente “maturidade suficiente” no mercado angolano, estando colocada entre as três primeiras seguradoras. Pág. 19



INDÚSTRIA DE PESCADO

Solmar opera a 10%

A unidade de processamento de peixe Solmar, reinaugurada em Outubro de 2016, está a trabalhar a apenas 10% da capacidade instalada, segundo revelações de Elizabeth Dias dos Santos, administradora do grupo Desidi, proprietária da referida unidade. A gestora reclama a falta de matéria-prima e de protecção da indústria. Pág. 18

RESULTADOS

FSDEA anuncia lucro

O Fundo Soberano de Angola (FSDEA) fechou o exercício financeiro do ano passado com um resultado líquido de 7.297 milhões de kwanzas, o primeiro da sua história, que anula um ‘buraco’ de 18,2 mil milhões, inscritos nas contas do exercício financeiro anterior. Pág. 14